



# **RELATÓRIO NACIONAL SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO DE RAMSAR SOBRE ÁREAS ÚMIDAS**

## **BRASIL**

**Relatório Nacional a ser submetido à 12ª Reunião  
da Conferência das Partes Contratantes,  
Uruguay, 2015**

Brasília, Julho de 2014

## Introdução

Este Relatório Nacional foi preparado pelo Brasil para a 12ª reunião da Conferência das Partes Contratantes da Convenção de Ramsar, a ser realizada em Montevideu, no Uruguai, em 2015. O relatório contém 66 perguntas sobre indicadores selecionados de acordo com os termos das Metas e Estratégias do Plano Estratégico de Ramsar para 2009-2015, além da Seção 4, que inclui informações adicionais sobre os Sítios Ramsar brasileiros.

Os Relatórios Nacionais das Partes Contratantes são documentos oficiais da Convenção que são disponibilizados ao público através da página eletrônica da Convenção ([www.ramsar.org](http://www.ramsar.org)). Os seis principais objetivos dos Relatórios Nacionais são os seguintes:

1. Fornecer dados e informações sobre como a Convenção está sendo implementada;
2. Registrar as lições e experiências para ajudar as Partes no desenvolvimento de ações futuras;
3. Identificar as questões emergentes e os desafios da implementação enfrentados pelas Partes e que podem precisar de maior atenção da Conferência das Partes;
4. Servir como um meio para as Partes mostrarem sua responsabilidade por seus compromissos com a Convenção;
5. Servir como uma ferramenta para que cada Parte possa avaliar e monitorar seus avanços na implementação e planejar suas futuras prioridades e;
6. Fornecer uma oportunidade às Partes para chamar atenção para suas realizações durante o triênio.

Os dados e informações fornecidos pelas Partes em seus Relatórios Nacionais têm também outro propósito valioso, uma vez que vários indicadores nesses relatórios sobre a implementação da Convenção pelas Partes servem como importantes fontes de informação para a análise e avaliação dos indicadores ecológicos orientados para resultados sobre a efetividade da implementação da Convenção, que estão atualmente sendo aperfeiçoados pelo Painel Científico e Técnico de Revisão, para a consideração do Comitê Permanente e da COP11.

Os Relatórios Nacionais para a Convenção são utilizados de diversas formas, incluindo as seguintes:

- Servindo de base para os relatórios do Secretariado sobre a implementação global e regional da Convenção e seus avanços, apresentados em cada reunião da Conferência das Partes;
- Fornecendo informações sobre questões específicas ligadas à implementação, em apoio à cláusula de conselhos e decisões das Partes na COP;
- Servindo como fonte de dados para avaliações temporais dos avanços de aspectos específicos da implementação da Convenção incluídos em outros produtos da Convenção. Um exemplo seria o resumo dos avanços obtidos desde a COP3 (Regina, 1997) no desenvolvimento das Políticas Nacionais sobre Zonas Úmidas, incluído como a Tabela 1 do Manual de Ramsar para o Uso Racional 2 (4ª edição, 2010); e
- Fornecendo informações para os relatórios fornecidos à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) sobre a implementação nos países do Plano de Trabalho Conjunto CDB/Ramsar e sobre o papel de liderança da Convenção de Ramsar na implementação da CDB em zonas úmidas.

Para facilitar a comparação com relatórios anteriores e outros documentos da Convenção, diversas perguntas desse relatório indicam entre chaves – {x.x.x} – sua correspondência com as perguntas do Relatório Nacional anterior fornecido para a COP11 e,

quando relevante, sua correspondência com a Área Resultado Chave (KRA) relevante relacionada às Partes Contratantes no Plano Estratégico de 2009-2015.

**SEÇÃO 1: INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL****NOME DA PARTE CONTRATANTE: BRASIL****AUTORIDADE ADMINISTRATIVA DESIGNADA PARA RAMSAR**

<b>Nome da Autoridade Administrativa:</b>	Ministério do Meio Ambiente / Secretaria de Biodiversidade e Florestas / Gerência de Biodiversidade Aquática, Mar e Antártica
<b>Chefe da Autoridade Administrativa – nome e cargo:</b>	Giovanna Palazzi, Diretora
<b>Endereço:</b>	SEPN 505 Norte, Bloco "B" Ed. Marie Prendi Cruz 5 ° andar sala 501 70.730-542 - Brasília DF – Brasil – CEP 70730-542
<b>Telefone/Fax:</b>	+(55-61) 2028-2133 / FAX +(55-61) 2028-2063
<b>Email:</b>	

**PONTO FOCAL NACIONAL DESIGNADO PARA ASSUNTOS DA CONVENÇÃO DE RAMSAR**

<b>Nome e cargo:</b>	Roberto Ribas Gallucci , Gerente
<b>Endereço:</b>	Idem acima
<b>Telefone/Fax:</b>	+(55-61) 2028-2032
<b>Email:</b>	roberto.gallucci@mma.gov.br

**AUTORIDADE POLÍTICA NACIONAL DESIGNADA PARA RAMSAR**

<b>Nome da Autoridade Política:</b>	Ministério das Relações Exteriores / Divisão do Meio Ambiente
<b>Chefe da Autoridade Política – nome e cargo:</b>	
<b>Endereço:</b>	Divisão do Meio Ambiente, Ministério das Relações Exteriores, Anexo I – sala 439, Brasília – DF, Brasil – CEP 70170-900
<b>Telefone/Fax:</b>	+(55-61) 3411-8447
<b>Email:</b>	dema@itamaraty.gov.br

**PONTO FOCAL NACIONAL DESIGNADO PARA QUESTÕES RELACIONADAS AO STRP (PAINEL CIENTÍFICO E TÉCNICO DE REVISÃO)**

<b>Nome e cargo:</b>	
<b>Nome da organização:</b>	
<b>Endereço:</b>	
<b>Telefone/Fax:</b>	
<b>Email:</b>	

**PONTO FOCAL NACIONAL GOVERNAMENTAL DESIGNADO PARA QUESTÕES RELACIONADAS AO PROGRAMA CEPA SOBRE COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO**

<b>Nome e cargo:</b>	Jader Alves Oliveira / Analista Ambiental
<b>Nome da organização:</b>	Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Coordenação Institucional e Cidadania Ambiental/ Diretor do Departamento de Educação Ambiental
<b>Endereço:</b>	Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 9 ° andar 70068-900 - Brasília - DF
<b>Telefone/Fax:</b>	DDD (61) Telefones: 2028-1560
<b>Email:</b>	<a href="mailto:jader.oliveira@mma.gov.br">jader.oliveira@mma.gov.br</a>

## SEÇÃO 2: RESUMO GERAL DOS AVANÇOS E DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO NACIONAL

**Em seu país, no último triênio (ou seja, desde o relatório para a COP11):**

**A. Quais têm sido os cinco aspectos mais bem sucedidos na implementação da Convenção?**

- 1) Difusão nacional das Zonas Úmidas no meio acadêmico
- 2) Indicação de novos Sítios Ramsar
- 3) Parceria com HIDROEX (UNESCO) para promover a capacitação
- 4) Liderança na cooperação internacional da Iniciativa Regional da Bacia do Prata
- 5) Fortalecimento da participação pública na tomada de decisão no âmbito do Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU)

**B. Quais têm sido as cinco maiores dificuldades na implementação da Convenção?**

- 1) Falta de recursos humanos e financeiros
- 2) Compromisso dos Estados na proteção dos Sítios Ramsar
- 3) Articulação inter setorial sobre o tema das zonas úmidas e envolvimento do setor produtivo.
- 4) Elevados custos gerados pela distância geográfica entre os Sítios Ramsar e a autoridade administrativa
- 5) Apropriação e divulgação da Convenção de Ramsar

**C. Quais são as cinco prioridades para implementação futura da Convenção?**

- 1) Elaborar o Inventário Nacional sobre zonas úmidas
- 2) Designar novos Sítios Ramsar que garantam a representatividade dos vários tipos de zonas úmidas existentes no país
- 3) Mapeamento das articulações inter-setoriais
- 4) Dinamizar as Câmaras Temáticas (Recifes de Coral e Manguezais) no âmbito do Conselho Nacional das Zonas Úmidas
- 5) Divulgar a Convenção de Ramsar no âmbito governamental e da sociedade em geral visando obter o envolvimento de outros setores além do ambiental

**D. A Parte Contratante tem alguma recomendação com relação à assistência para implementação fornecida pelo Secretariado da Convenção?**

O país necessita de maior apoio financeiro para capacitação dos gestores dos Sítios e para o trabalho do Ponto Focal Técnico Nacional. Também é desejável que sejam proporcionados intercâmbios de experiências dos gestores e do Ponto Focal com outras partes contratantes.

**E. A Parte Contratante tem alguma recomendação com relação à assistência para implementação fornecida pelas Organizações Internacionais Parceiras da Convenção (IOPs)? (incluindo parcerias em andamento e para desenvolver)**

Seria desejável que as IOPs participassem mais ativamente das reuniões do CNZU e de suas Câmaras Técnicas.

**F. Como a implementação nacional da Convenção de Ramsar pode melhorar a conexão com a implementação de outros acordos ambientais multilaterais (MEAs), especialmente aqueles no “grupo da biodiversidade” (Ramsar, Convenção sobre Diversidade Biológica –**

CDB, Convenção sobre Espécies Migradoras – CMS, CITES, e Convenção sobre o Patrimônio Mundial), e com a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação - UNCCD e Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - UNFCCC?

As Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020 refletem as Metas de Aichi, pois foram elaboradas com base no Plano Estratégico da CDB para 2011-2020. Os esforços para atingir estas metas também contribuem para a conservação e uso sustentável da biodiversidade das zonas úmidas e para a consequente implementação da Convenção de Ramsar no Brasil. Atualmente o documento intitulado 'áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira' ([http://www.carvaomineral.com.br/abcm/meioambiente/legislacoes/bd\\_carboniferas/geral/portaria\\_mma\\_09-2007.pdf](http://www.carvaomineral.com.br/abcm/meioambiente/legislacoes/bd_carboniferas/geral/portaria_mma_09-2007.pdf)) produzido em 2007 e utilizado por todos os entes federativos para balizar o processo de licenciamento ambiental, se encontra em estágio de revisão. As áreas definidas neste documento expressam uma síntese entre os diferentes MEAs presentes no grupo da biodiversidade. Adicionalmente, em 2013, o Brasil traduziu e divulgou as 'Cartilhas Informativas sobre Acesso e Repartição de Benefícios' (<http://www.mma.gov.br/publicacoes/patrimonio-genetico>) produzidas pelo Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica.

Com relação à UNFCCC, a posição defendida pelo Brasil é de que uma Convenção não pode se sobrepor a outra. Neste sentido, a Convenção de Ramsar se limita a tratar das mudanças climáticas em termos de adaptação, e não de mitigação, cujo papel é da própria UNFCCC. Nesse sentido, a Rede de Monitoramento de Habitats Bentônicos Costeiros possui o foco na identificação de respostas dos ecossistemas costeiros, onde estão incluídos os recifes de corais e os manguezais, às mudanças climáticas.

Em 2013 o Senado brasileiro aprovou a adesão do país à Convenção sobre Espécies Migratórias, sendo este um importante passo para a integração com a Convenção de Ramsar, que conta com a participação da organização não-governamental ambientalista BirdLife International Brasil como membro do Conselho Nacional de Zonas Úmidas (ver resposta à questão 3.5.3).

Cabe destacar que o país publica periodicamente informações atualizadas sobre as espécies ameaçadas de todos os ecossistemas, inclusive de zonas úmidas, tais como o Livro Vermelho das Espécies Ameaçadas do Brasil.

**G. Como a implementação da Convenção de Ramsar pode ser mais bem conectada com a implementação da estratégia ou política hídrica e outras estratégias no país (ex.: desenvolvimento sustentável, energia, indústrias extrativistas, redução da pobreza, saneamento, segurança alimentar, biodiversidade)?**

O Brasil precisa aprimorar a divulgação da Convenção de Ramsar nos Comitês de Bacia para que a gestão dos recursos hídricos incorpore melhor suas diretrizes. O Inventário Nacional de zonas úmidas é uma estratégia que possibilitará a incorporação da Convenção de Ramsar nos mecanismos de planejamento integrado de políticas públicas existentes (por exemplo, o Zoneamento Ecológico Econômico, os Planos de Bacias Hidrográficas, a Agenda 21 e o Plano Plurianual Mais Brasil), através da explicitação e espacialização das diferentes tipologias de zonas úmidas existentes no Brasil. Cabe destacar que o programa temático de Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental do Plano Plurianual Mais Brasil (PPA 2012 – 2015) considera a conservação das zonas úmidas como indispensável para a manutenção da biodiversidade, expansão sustentável da pecuária, implantação da agricultura irrigada, recuperação dos estoques pesqueiros, desenvolvimento da aquicultura e expansão do turismo.

H. A Parte Contratante tem outros comentários gerais sobre a implementação da Convenção?

Não

I. Liste o nome das organizações que foram consultadas ou que tenham contribuído com o fornecimento de informações para este relatório:

Ministério do Meio Ambiente.

Agência Nacional de Águas.

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Gestores dos Sítios Ramsar (Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Maranhão, Escritórios dos Parques Nacionais – Pantanal Matogrossense, Marinho de Abrolhos, Cabo Orange, Lagoa do Peixe e do Araguaia – e Estadual do Rio Doce, proprietários das Reservas Particulares do Patrimônio Natural SESC Pantanal e Fazenda Rio Negro e Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá).

### SEÇÃO 3: PERGUNTAS SOBRE OS INDICADORES E OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO

#### META 1. O USO RACIONAL DAS ZONAS ÚMIDAS

**ESTRATÉGIA 1.1: Inventário e avaliação das zonas úmidas.** *Descrever, avaliar e monitorar a extensão e as condições de todos os tipos de zonas úmidas conforme definidos pela Convenção de Ramsar e dos recursos das zonas úmidas em escalas relevantes, para informar e apoiar a implementação da Convenção, em particular na aplicação de suas cláusulas relacionadas ao uso racional de todas as zonas úmidas.*

1.1.1 Seu país tem um inventário nacional abrangente das zonas úmidas? {1.1.1} KRA 1.1.i	C – Em progresso
<p><b>1.1.1 Informações adicionais:</b>          Como o Inventário Nacional de Áreas Úmidas é o instrumento de base para a formulação de políticas públicas, ele foi eleito como prioridade no planejamento estratégico de Ramsar. O Inventário de Áreas Úmidas do Brasil (Diegues, 1990) foi produzido pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras da Universidade de São Paulo (<a href="http://nupaub.fflch.usp.br/">http://nupaub.fflch.usp.br/</a>) com o foco em áreas inundáveis. A partir deste esforço, o país está produzindo um inventário em escala nacional mais qualificado com o apoio de diversos pesquisadores e sob o acompanhamento do Comitê Nacional de Zonas Úmidas. Este documento irá incluir um protocolo de como realizar inventários em diferentes escalas atreladas a um sistema classificatório. Para tanto, está em curso um processo de revisão do conceito de áreas úmidas e de definição de suas tipologias para fins de implementação da Convenção de Ramsar.</p>	
1.1.2 Os dados e informações sobre o inventário de zonas úmidas são mantidos e disponibilizados a todos os atores relevantes? {1.1.2} KRA 1.1.ii	D – Planejado
<p><b>1.1.2 Informações adicionais:</b>          A atualização do Inventário Nacional vem sendo um dos objetos de atenção dos participantes do Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU) durante os trabalhos realizados em 2014. Assim que finalizado, o Inventário será disponibilizado no Sítio Eletrônico do Ministério do Meio Ambiente e amplamente divulgado para formuladores de políticas, órgãos gestores de meio ambiente e recursos hídricos, e comunidade acadêmica.</p>	

1.1.3 A condição\* das zonas úmidas em seu país, em geral, mudou desde o triênio anterior? {1.1.3}

- a) Sítios Ramsar  
b) zonas úmidas em geral

a) O – Sem mudanças

b) O – Sem mudanças

Favor comentar sobre a natureza das informações em que se baseia a sua resposta na caixa de texto abaixo. Se houver diferença entre as situações das zonas úmidas interiores e costeiras, favor descrevê-las. Se possível, comente sobre quais são os principais vetores das mudanças.

\* “Condição” corresponde ao caráter ecológico, conforme definido pela Convenção.

1.1.3 Informações adicionais sobre a) e/ou b):

a) Na Ficha Informativa Ramsar mais recente não foram reportadas mudanças relevantes no caráter ecológico dos Sítios Ramsar brasileiros. Na seção 4 (anexo opcional), também não foi indicada mudança no caráter ecológico dos Sítios Ramsar pelos seus gestores.

b) Não existem informações sistematizadas de monitoramento ecológico para todas as zonas úmidas que não possuem a designação de Ramsar no Brasil. Existem iniciativas pontuais de monitoramento de recursos hídricos ou aspectos isolados de zonas úmidas, mas os dados sistematizados sobre monitoramento ecológico no país são limitados. [Algumas das necessidades de observação e monitoramento dos ambientes brasileiros, quanto aos recursos hídricos](#), são discutidos por Clarke e Silva Dias (2002, disponível em:

[http://www.finep.gov.br/fundos\\_setoriais/ct\\_hidro/documentos/ct-hidro01obs\\_e\\_monit\\_amb\\_rh.pdf](http://www.finep.gov.br/fundos_setoriais/ct_hidro/documentos/ct-hidro01obs_e_monit_amb_rh.pdf)).

As agências estaduais e nacionais relacionadas à água monitoram a qualidade e a quantidade da água em pontos de verificação distribuídos por todo o país, mas com foco no uso humano (para consumo doméstico e setores econômicos). A maior parte dos dados não se refere exclusivamente às zonas úmidas e, em sua maioria, têm como foco as áreas protegidas. Nesse sentido, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) estrutura e coordena ações de monitoramento da biodiversidade e, por meio de parcerias com diversos setores da sociedade, estabeleceu diretrizes para um Programa Nacional de Monitoramento nas Unidades de Conservação (UCs) federais. O desenvolvimento deste Programa de Monitoramento foi iniciado em 2010 e deverá gerar informações qualificadas para uma avaliação da efetividade das ações de conservação, assim como, influenciar as políticas e tomadas de decisão, tanto em escala local, quanto regional. O programa de monitoramento está estruturado por biomas e por ecossistemas, no caso do bioma Marinho Costeiro. Atualmente, os biomas Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga, e os ecossistemas Recife de Coral, Manguezal e Costão Rochoso, são contemplados pelo programa. A seguir algumas iniciativas serão pormenorizadas:

1) Programa Nacional de Monitoramento dos Recifes de Coral: Com a ajuda de instituições parceiras (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e Instituto Recifes Costeiros – IRCOS), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o ICMBio vêm monitorando os recifes de coral desde 2002 em seis áreas piloto: Parque Nacional de Abrolhos; Parque Nacional de Fernando de Noronha; Reserva Biológica do Atol das Rocas; Reserva Extrativista Marinha Corumbau; Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais e; Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Coral. O programa tem os seguintes componentes: (i) monitoramento dos recifes de coral, utilizando a metodologia *ReefCheck* (<http://www.reefcheck.org/>); (ii) mapeamento dos recifes de coral localizados dentro de UCs; (iii) campanhas de informação e educação ambiental e (iv) o Projeto Coral Vivo (<http://coralvivo.org.br/>), que realiza pesquisas sobre a reprodução, recrutamento e dispersão de corais, assim como atividades educativas sobre a conservação e o uso sustentável dos recifes de coral. Em junho de 2013 e janeiro de 2014 foram realizadas duas reuniões preparatórias para definição do escopo do Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Ambientes Coralíneos (PAN Corais). Estas reuniões contaram com especialistas e foram definidas as áreas foco, as espécies foco e beneficiadas e os pontos-focais e demais indivíduos a serem envolvidos em cada uma das

áreas definidas. Em abril foi realizada uma reunião de cinco dias para elaboração do PAN Corais, que contou com cerca de 100 participantes de diversos setores da sociedade civil e de várias esferas governamentais. Foram mapeadas 18 áreas estratégicas de ação deste PAN, incluindo áreas costeiras e de mar profundo, desde o Estado do Maranhão até o Estado de Santa Catarina. Sobre estes ambientes foram identificadas várias pressões e ameaças geradas pela ação antrópica. Foram elaboradas mais de 100 ações de conservação e pactuadas ações que possam ser executadas num prazo de cinco anos.

2) Projeto Manguezais do Brasil (GEF Mangue): O ICMBio coordena a implementação do Projeto para a Efetividade da Conservação e Uso Sustentável dos Ecossistemas de Manguezal em UCs (Projeto GEF Mangue), iniciado no final de 2010. Em 2012 foi iniciada a elaboração do Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Manguezais (PAN Manguezais) com base no processo avaliação de espécies ameaçadas, tomando como referência as ameaças indicadas pelos especialistas e as áreas prioritárias para conservação deste grupo. Esse projeto tem os seguintes objetivos: (i) desenvolver e fortalecer uma rede de UCs de manguezais; (ii) implementar princípios de gestão ecossistêmica para atividades pesqueiras em áreas de mangue; (iii) compatibilizar os instrumentos de planejamento territorial com a gestão de UCs e (iv) disseminar o valor e as funções ecológicas dos manguezais.

3) Costão Rochoso: A partir de 2013, o ICMBio deu início ao estabelecimento das diretrizes para o monitoramento em três UCs com Costões Rochosos (Reserva Biológica do Arvoredo, Estação Ecológica Tupiniquins e Estação Ecológica Tupinambás), selecionadas como piloto por abrigarem áreas significativas do ecossistema, assim como por apresentarem histórico de envolvimento com atividades de monitoramento. A partir de estudos que já são realizados nessas áreas, será desenvolvido e adotado um protocolo para o monitoramento, a exemplo do que foi feito para os recifes de coral. Através da contratação de uma consultoria (PNUD BRA/08/023), finalizada em 2013, foram mapeadas as principais instituições de pesquisa envolvidas, seus pesquisadores e os tipos de pesquisa que vem sendo realizadas tanto em costões rochosos, quanto em recifes de corais. Os dados da consultoria serão utilizados para fundamentar avaliações sobre as carências de pesquisas em certas regiões e facilitar o contato com novas parcerias para realização de pesquisas.

Vinculada à Sub-Rede Zonas Costeiras da Rede Clima (MCT) e ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Mudanças Climáticas (INCT-MC), foi criada a Rede de Monitoramento de Habitats Bentônicos Costeiros (ReBentos), reunindo pesquisadores com o foco em ambientes costeiros. A ReBentos objetiva a criação e implementação de uma rede integrada de estudos dos habitats bentônicos do litoral brasileiro para detectar os efeitos das mudanças ambientais regionais e globais sobre esses organismos, dando início a uma série histórica de dados sobre a biodiversidade bentônica ao longo da costa brasileira.

**ESTRATÉGIA 1.3: Políticas, legislação e instituições.** *Desenvolver e implementar políticas, legislação e práticas, incluindo o crescimento e desenvolvimento de instituições adequadas, em todas as Partes Contratantes, para assegurar que as cláusulas da Convenção sobre o uso racional estejam sendo aplicadas de forma efetiva.*

1.3.1 Existe uma Política Nacional de Zonas Úmidas (ou instrumento equivalente) estabelecido? {1.3.1} KRA 1.3.i  
(Se "Sim", fornecer o título e data da política nas informações adicionais)

A – Sim

**1.3.1 Informações adicionais:**

Como informado no relatório anterior, embora não exista uma política específica para as zonas úmidas, o Brasil possui uma estrutura bem desenvolvida de políticas ambientais que é aplicada em todos os ecossistemas brasileiros. O governo brasileiro acredita que a melhor estratégia para o país é concentrar os esforços na aplicação da extensa legislação ambiental existente ao invés de criar uma nova política exclusivamente para as zonas úmidas.

Algumas das políticas mais relevantes são: o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP – 2006), que inclui um capítulo sobre as “Estratégias Nacionais para Áreas Reconhecidas Internacionalmente”; Política Nacional de Biodiversidade (2002); Política Nacional do Meio Ambiente (1981); Lei nº 12.727/12 (dispõe sobre a proteção à vegetação nativa); Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/06); Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH); Plano de Saneamento Básico Participativo (PLANSAB); Plano Brasil Sem Miséria; Programa de Integração de Bacias Hidrográficas; Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação; Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros; Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos; entre muitos outros programas e políticas governamentais. A resposta à próxima pergunta (1.3.2) indica políticas recentes que também afetam as zonas úmidas.

**1.3.2 As questões de zonas úmidas vêm sendo incorporadas nas estratégias nacionais e processos de planejamento, incluindo:**

- |  |            |
|--|------------|
| a) Estratégias de erradicação da pobreza                                       | a) A – Sim |
| b) Gestão de recursos hídricos e planos de eficiência hídrica                  | b) A – Sim |
| c) Planos de gestão de recursos costeiros e marinhos                           | c) A – Sim |
| d) Programas nacionais de florestas  | d) A – Sim |
| e) Estratégias nacionais para o desenvolvimento sustentável                    | e) A – Sim |
| f) Políticas nacionais ou medidas na agricultura                               | f) A – Sim |
| g) Estratégia Nacional de Biodiversidade e Planos de Ação formulados sob a CBD | g) A – Sim |

{1.3.3} KRA 1.3.i

### 1.3.2 Informações adicionais:

a) O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) vem sendo um mecanismo amplamente utilizado tanto em contextos rurais, como no Programa Bolsa Verde e Produtor de Águas (descritos abaixo), quanto urbanos. No meio urbano, a política de PSA vem beneficiando catadores de materiais reciclados, a partir das diretrizes expressas na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

- Programa Bolsa Verde: O Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e concede, a cada trimestre, um benefício de US\$ 136 às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias para conservação ambiental. Criado pela Lei nº 12.512/11 e regulamentado pelo Decreto nº 7.572/11, é um dos incentivos que o governo federal implantou para erradicar a pobreza e beneficiar povos e comunidades tradicionais (definidos pelo Decreto 6.040/07) que conservam os recursos naturais. Faz parte do 'Plano Brasil Sem Miséria' coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). As famílias beneficiárias participam de diagnósticos socioeconômicos e monitoramento ambiental das propriedades. São definidas estratégias de transformação econômica em conjunto com MDS, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Segundo dados de dezembro de 2013, o Programa Bolsa Verde atendeu a 51,2 mil famílias com um investimento da ordem de US\$ 30,4 milhões, desde o início do programa. Atualmente, alcança 65 unidades de conservação federais, 767 projetos de assentamento e 57 municípios com áreas administradas pela SPU. A Região Norte e o Pará contam com o maior contingente de beneficiários (cerca de 75%).

- Programa Produtor de Água: Esta é uma iniciativa da Agência Nacional de Águas (ANA) que tem como objetivo a redução da erosão e assoreamento dos mananciais nas áreas rurais por meio da política de PSA. O programa, de adesão voluntária, prevê o apoio técnico e financeiro à execução de ações de conservação da água e do solo, como, por exemplo, a construção de terraços e bacias de infiltração, a readequação de estradas vicinais, a recuperação e proteção de nascentes, o reflorestamento de áreas de proteção permanente e reserva legal, o saneamento ambiental, entre outras. Aos produtores rurais que, comprovadamente contribuem para a proteção e recuperação de mananciais, o Programa prevê também uma compensação financeira, gerando benefícios para a bacia e a população. Em março de 2013, o Produtor de Água recebeu o Prêmio Internacional de Dubai para Boas Práticas.

- Seguro-Defeso: A Lei nº 10.779/03 garante ao pescador artesanal a concessão do benefício de Seguro-Defeso (equivalente a um salário mínimo mensal) durante os períodos de restrição da pesca por motivos de reprodução dos estoques, estabelecidos para diferentes espécies. O Seguro-Defeso não é uma política de PSA, sendo administrada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, através do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

- Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária: Executado pelo Ministério do Trabalho e Emprego pretende uma ampliação da estratégia de ação territorial do governo federal para a ampliação das opções de geração de emprego e renda com respeito às potencialidades e vulnerabilidades dos ecossistemas regionais. A economia solidária se constitui como estratégia de dinamização socioeconômica no âmbito de processos de desenvolvimento, promovendo a coesão social, a preservação da diversidade cultural e do meio ambiente.

b) A [Lei nº 9.433/97](#), também conhecida com "Lei das Águas", instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh). A PNRH considera a água um bem de domínio público e um recurso natural limitado, dotado de valor econômico. O instrumento legal prevê, ainda, que a gestão dos recursos hídricos deve proporcionar os usos múltiplos das águas de forma descentralizada e participativa, contando com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. A lei também prevê que em situações de escassez, o uso prioritário da água é

para o consumo humano e para a dessedentação de animais. Como fundamento, a bacia hidrográfica é a unidade de atuação do Singreh e de implementação da PNRH. A seguir, serão descritas algumas estratégias que incorporam as zonas úmidas:

- Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas: O Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação é executado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em sintonia com as políticas florestais (ver resposta à letra 'd' desta mesma pergunta).

- Interáguas: O Programa de Desenvolvimento do Setor Água é um esforço do Brasil na tentativa de se buscar uma melhor articulação e coordenação de ações no setor água. O programa tem por objetivo contribuir para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão no setor água, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do País. Suas ações visam aumentar a eficiência no uso da água, na prestação de serviços e sua oferta sustentável em quantidade e qualidade adequadas aos usos múltiplos, bem como melhorar a aplicação de recursos públicos no setor água reduzindo as deficiências na articulação e na coordenação inter-setorial.

- Pacto Nacional pela Gestão das Águas: Lançado em março de 2013, este é um programa de incentivo financeiro, por meio de pagamentos por resultados, para fortalecer a gestão das águas nas entidades estaduais parceiras da ANA com dificuldade para consolidação das suas estruturas institucionais.

- Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas: A meta geral deste programa é oferecer à sociedade um conhecimento adequado sobre a qualidade das águas superficiais brasileiras, de forma a subsidiar os tomadores de decisão (agências governamentais, ministérios, órgãos gestores de recursos hídricos e de meio ambiente) na definição de políticas públicas para a recuperação da qualidade das águas, contribuindo com a gestão sustentável dos recursos hídricos.

- PRODES: O Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas consiste na concessão de estímulo financeiro pela União, na forma de pagamento pelo esgoto tratado, aos Prestadores de Serviço de Saneamento que investirem na implantação, ampliação e operação de Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs). No período de 2001 até 2011 foram contratadas 55 ETEs, envolvendo um valor total de US\$ 87 milhões, com investimentos para implantação por parte dos prestadores de serviços de US\$ 313 milhões.

c) No Artigo 3º da Política Nacional de Recursos Hídricos ([Lei nº 9.433/1997](#)) prevê a integração da gestão das bacias hidrográficas com os sistemas estuarinos e zonas costeiras. Além disso, o país possui um Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (Lei nº 7.661/88) e Planos Estaduais de Gerenciamento Costeiro. O VIII Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM) foi elaborado pela Comissão Inter-Ministerial de Recursos do Mar (CIRM) com vigência entre 2012 e 2015. O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla) é uma ação da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU/MMA) e da Secretaria de Patrimônio da União (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão). Suas ações buscam contribuir para disciplinar o uso e a ocupação da zona costeira, aproximando as políticas ambiental e patrimonial, com ampla articulação entre as três esferas de governo e a sociedade. A finalidade do Projeto Orla é elaborar e implementar um Plano de Gestão Integrada da Orla marítima e fluvial dos municípios brasileiros. Este projeto busca responder a uma série de desafios decorrentes da fragilidade dos ecossistemas da orla, do crescimento do uso e ocupação de forma desordenada e irregular, do aumento dos processos erosivos e de fontes contaminantes.

O país tem fortalecido o sistema de monitoramento e fiscalização à extração de recursos costeiros e marinhos através da aquisição de lanchas patrulhas e do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS). O PREPS tem como finalidade o monitoramento de todas as embarcações estrangeiras e as embarcações nacionais com comprimento total superior a 15 metros ou que exploram certas espécies sujeitas à

regulamentação específica. O PREPS tem por finalidade a gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira autorizadas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), além do potencial em melhorar a segurança dos pescadores embarcados.

Duas metas do Plano Plurianual Mais Brasil (PPA 2012 – 2015) possuem relação com recursos costeiros e zonas úmidas: atender 80 mil famílias pela extensão pesqueira e aquícola e implantar 9 terminais pesqueiros públicos.

Além disso, enquanto signatário da CDB, o Brasil está comprometido com os objetivos de preservar e gerir efetivamente 10% das zonas costeiras e marinhas através de Áreas Marinhas Protegidas (AMPs) até 2020 (Meta Aichi N° 11). Apenas 1,57%, dos cerca de 3,5 milhões de km<sup>2</sup> do mar sob jurisdição do Brasil, estão protegidos por unidades de conservação. O Programa de Apoio a Sistemas Representativos e Efetivos de Áreas Marinhas Protegidas (GEF Mar) apoia a criação e implementação de um sistema de áreas protegidas costeiras e marinhas no Brasil, visando a redução da perda de biodiversidade marinha. O projeto se divide em três componentes: (1) Criação e implementação de áreas costeiras e marinhas protegidas; (2) Desenho de mecanismos financeiros para apoiar o sistema de áreas protegidas costeiras e marinhas e (3) Coordenação, monitoramento e gestão do projeto.

d) O Programa Nacional de Florestas (PNF) foi criado pelo [Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000](#), com o objetivo de articular as políticas públicas setoriais para promover o desenvolvimento sustentável, conciliando o uso com a conservação das florestas brasileiras. É constituído de projetos que são concebidos e executados de forma participativa e integrada pelos governos federal, estaduais, distrital, municipais e a sociedade civil organizada. Esta articulação é feita pelo MMA e, entre os objetivos do PNF, estão: (i) recuperar florestas de preservação permanente, de reserva legal e áreas alteradas e (ii) reprimir desmatamentos ilegais, conter queimadas acidentais e prevenir incêndios florestais.

A Lei 11.284, de 2006, dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, institui o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), na estrutura do MMA, e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). Entre os princípios da gestão de florestas públicas encontra-se a proteção dos ecossistemas, do solo, da água, da biodiversidade e valores culturais associados, bem como o respeito ao direito das comunidades locais de acesso às florestas públicas e aos benefícios decorrentes de seu uso e conservação.

O MMA e o Ministério da Integração Nacional (MI), no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF), criaram os Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs). Os objetivos dos CRADs estão ligados ao desenvolvimento de modelos de recuperação de áreas degradadas em áreas demonstrativas, a definição e documentação de procedimentos para facilitar a replicação de ações de recuperação de áreas degradadas e a promoção de cursos de capacitação para a formação de recursos humanos (coleta de sementes, produção de mudas, plantio, tratamentos silviculturais). Atualmente existem sete CRADs, todos localizados na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

e) As zonas úmidas estão direta ou indiretamente incluídas em diversos processos de planejamento para o desenvolvimento sustentável, embora, em sua maioria, esses instrumentos não tenham sido planejados especificamente ou exclusivamente para as zonas úmidas. Além dos processos de planejamento já destacados, cujo objetivo final é alcançar o desenvolvimento sustentável, serão listados outros programas e planos desenvolvidos por diferentes ministérios:

1. Ministério do Meio Ambiente (MMA): (i) Agenda 21; (ii) Programa de Combate à Desertificação; (iii) Comunidades Tradicionais; (iv) Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis; (v) Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais – Florescer; (vi) Qualidade Ambiental; (vii) Recursos Pesqueiros Sustentáveis; (viii) Zoneamento Ecológico-Econômico e (ix) Ampliar a Contribuição do Brasil na Redução de Emissões por Fontes e Remoção por Sumidouros de Gases do Efeito Estufa e Preparar o País

para os Efeitos das Mudanças Climáticas.

2. Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA): (i) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Aquicultura e Pesca (colaboração com MCTI).

3. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): (i) Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável no País por meio do Agronegócio; (ii) Garantir a Segurança Alimentar; (iii) Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética; (iv) Programa da Agricultura de Baixo Carbono – PBC; (v) Pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de agricultura sustentável pela EMBRAPA e (vi) Projeto de Integração de Sistemas Agrícolas – PISA.

4. Ministério das Cidades (MC): (i) Rede de Pesca e Aquicultura – REPAQ/SUDAM; (ii) Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (PEAMSS) e (iii) Plano de Saneamento Básico Participativo (PLANSAB).

5. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI): (i) Projeto Cenários para a Amazônia: Biodiversidade, Uso da Terra e Clima; (ii) Rede de Pesquisas para o Uso Sustentável e Conservação do Cerrado – ComCerrado; (iii) Sub-Programa de Ciência e Tecnologia do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais; (iv) Desenvolvimento de Pesquisas Estratégicas para os Biomas; (v) Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva dos Recursos Pesqueiros da Amazônia – CT Pesca; (vi) Plano Amazônia Sustentável – PAS; (vii) Ciência e Tecnologia Aplicada para a Exploração dos Recursos do Mar; (viii) Ciência e Tecnologia Aplicada à Biodiversidade e aos Recursos Naturais; (ix) Programa Nacional de Mudanças Climáticas; (x) Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas (INAU) e (xi) Fundo Setorial de Recursos Hídricos e da Amazônia.

6. Ministério da Educação (MEC): (i) IV Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente.

7. Ministério da Integração Nacional (MI): (i) Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – PROMESO; (ii) Programa Água para Todos e (iii) Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido – CONVIVER.

8. Ministério das Relações Exteriores (MRE): (i) Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB); (ii) Protocolo de Cartagena; (iii) Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD); (iv) Convenção de Ramsar; (v) Convenção Interamericana para a Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas e (vi) Acordo sobre a Conservação de Albatrozes e Petréis (no âmbito da Convenção de Espécies Migradoras).

9. Ministério da Saúde (MS): (i) Educação em Saúde Ambiental e (ii) Programa de Vigilância em Saúde Ambiental.

10. Ministério do Turismo: (i) Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos: Ecoturismo; (ii) Passaporte verde; (iii) [Programa Turismo Sustentável e Infância](#); (iv) [Programas de Integração à Produção Associada ao Turismo](#); (v) [Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas](#) e (vi) Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos – Turismo Náutico.

f) As zonas úmidas vêm sendo incorporadas nas políticas para a agricultura, através de projetos executados tanto pelo MMA, quanto pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

MMA: Executa um fundo denominado ‘Carteira de Projetos’, tendo o objetivo de financiar projetos relacionados à produção, beneficiamento e comercialização de produtos agroextrativistas, criação e consolidação de unidades de conservação de uso sustentável, projetos de desenvolvimento sustentável e assentamentos extrativistas, organização e fortalecimento das comunidades agroextrativistas e capacitação.

Criado pela Lei 12.651/12, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é uma base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento da vegetação nativa situada em imóveis rurais representativos das zonas úmidas de todos os ecossistemas brasileiros.

Programa Nacional da Agrobiodiversidade: O Programa Nacional Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade pretende reconhecer e promover as práticas de comunidades tradicionais que, ancoradas na agroecologia, contribuem para a conservação da agrobiodiversidade (componente cultivado da biodiversidade), promovem a soberania e segurança alimentar e possibilitam a autonomia dos próprios agricultores quanto à produção, uso, apropriação, gestão, regulamentação, circulação, troca, venda, melhoramento e beneficiamento dos componentes da biodiversidade cultivada, estimulando novas experiências nas distintas localidades do Brasil.

MDA: Elaborou, em 2008, o Plano Nacional da Sociobiodiversidade e executa ações voltadas ao fortalecimento das cadeias produtivas e à consolidação de mercados sustentáveis para os produtos oriundos da sociobiodiversidade brasileira. A Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPPS) possui como objetivos: (i) agregação de valor socioambiental; (ii) geração de renda e (iii) segurança alimentar de povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares. Nos dois anos iniciais do PNPPS (2009 e 2010) foram priorizadas ações específicas relacionadas às cadeias da castanha-do-brasil e do babaçu.

Outras ações do MDA de benefício aos produtos extrativistas que se encontram em curso são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

PAA: Possibilita a inclusão dos produtos da sociobiodiversidade na alimentação escolar. A modalidade Formação de Estoques Estratégicos da Agricultura Familiar possibilita o acesso a mercados mais justos, se tornando uma ferramenta de agregação de renda para as famílias extrativistas que vivem em áreas distantes dos centros urbanos e deficientes em infraestrutura, como é o caso da maioria dos produtores da Região Amazônica.

PGPM: Permite o pagamento da Subvenção Direta ao Extrativista. Esse Programa busca garantir a sustentação de preços de alguns produtos extrativistas como a castanha-do-brasil, amêndoa de babaçu, borracha natural, o fruto do açaí, do pequi, a cera da carnaúba e a fibra da piaçava.

Adicionalmente, destacamos seis metas do Plano Plurianual Mais Brasil (PPA 2012 – 2015) que possuem relação com agricultura e zonas úmidas: (i) implantar 900 unidades de teste e demonstração em sistemas agropecuários de produção sustentável dentro do Plano de Agricultura de Baixo Carbono; (ii) mapear as áreas prioritárias para a implantação de sistemas produtivos sustentáveis; (iii) ampliar a atual área irrigada pelo setor privado em 100% nos próximos 4 anos para atender ao aumento na demanda por alimento decorrente do crescimento demográfico previsto para o país até 2030; (iv) implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Agricultura Irrigada; (v) estabelecer o controle do trânsito nacional de animais aquáticos em todas as unidades federativas e (vi) ampliar de 26 para 90 os núcleos de estudos em agroecologia na rede federal de educação científica e tecnológica.

g) A Política Nacional de Biodiversidade (Decreto Nº 4.339/02), através de seus sete componentes, é orientada para implementar os objetivos da CDB. Além disso, há diversos programas específicos executados pelo MMA, tais como Corredores Ecológicos, Proteção das Florestas Tropicais, Cerrado Sustentável, GEF Mar e Programa Áreas Protegidas da Amazônia.

<p>1.3.3 São aplicadas práticas de Avaliação Ambiental Estratégica por ocasião da revisão de políticas, programas e planos que possam causar impactos sobre as zonas úmidas? {1.3.4} KRA 1.3.ii</p>	C - Parcialmente
<p><b>1.3.3 Informações adicionais:</b> Embora o Brasil ainda não tenha desenvolvido instrumentos legais para exigir o uso de Avaliações Ambientais Estratégicas (AAE) para programas, planos e políticas públicas, algumas práticas estão sendo aplicadas. Ainda é necessário desenvolver padrões e critérios para as AAE, visando assegurar a manutenção da boa saúde dos sistemas de zonas úmidas (e de outros ecossistemas) como principal diretriz da avaliação. As iniciativas nacionais de AAE no Brasil estão restritas ao setor energético, sendo elaboradas pela Empresa de Pesquisas Energéticas, empresa pública federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia nos termos da Lei nº 10.847/04.</p>	
<p>1.3.4 São feitas Avaliações de Impacto Ambiental para o desenvolvimento de qualquer projeto (novas construções, novas estradas, indústria extrativa, etc.) que possa afetar as zonas úmidas? {1.3.5} KRA 1.3.iii</p>	A – Sim
<p><b>1.3.4 Informações adicionais:</b> A legislação ambiental brasileira (Lei no 6.938/81 e Resolução CONAMA no 001/86) exige a preparação de uma Avaliação de Impacto Ambiental como pré-condição à concessão de licença ambiental para obras de infraestrutura (prédios, estradas, barragens, dutos, etc.) ou para o estabelecimento de qualquer empreendimento econômico que possa causar impacto ambiental significativo. Cabe destacar que os empreendimentos e atividades são licenciados ambientalmente por um dos entes federativos (federal, estadual ou municipal), em conformidade com as atribuições e competências definidas na Lei Complementar 140/2011.</p>	
<p>1.3.5 Foram feitos ajustes à legislação existente para refletir os compromissos com a Convenção de Ramsar? {1.3.6}</p>	B – Não
<p><b>1.3.5 Informações adicionais:</b> As recomendações publicadas pelo Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU) buscam exercer uma forte influência sobre reformas legais. A Comissão Técnica de Manguezais do CNZU e o Projeto GEF Mangue (consultar questão 1.1.3b) enfatizaram a necessidade de manter o status de Áreas de Preservação Permanente para os manguezais durante a última revisão do Código Florestal (Lei 12.727/12). A Comissão Técnica de Manguezais do CNZU e o Programa Nacional de Monitoramento dos Recifes de Coral vêm mobilizando informações do monitoramento de áreas piloto com recifes de coral, realizado desde 2002, para ampliar a rede nacional de áreas marinhas protegidas. No Plano Plurianual Mais Brasil (PPA 2012 – 2015) está prevista a elaboração de um programa nacional para a conservação dos recifes de coral e de ecossistemas marinhos.</p>	

**ESTRATÉGIA 1.4: Reconhecimento transsetorial dos serviços prestados pelas zonas úmidas.**

*Aumentar o reconhecimento e a atenção dada durante os processos decisórios para a importância das zonas úmidas para as questões de conservação da biodiversidade, abastecimento de água, proteção costeira, gestão integrada da zona costeira, defesa contra inundações, mitigação e/ou adaptação às mudanças climáticas, segurança alimentar, erradicação da pobreza, turismo, patrimônio cultural e pesquisa científica, por meio do desenvolvimento e disseminação de metodologias para alcançar o uso sustentável das zonas úmidas.*

<p>1.4.1 Foi feita alguma avaliação dos benefícios/serviços ecossistêmicos fornecidos pelos Sítios Ramsar? {1.4.1} KRA 1.4.ii</p>	<p>B – Não</p>
<p><b>1.4.1 Informações adicionais:</b>  Avaliações pontuais foram realizadas sobre os serviços ecossistêmicos fornecidos por áreas protegidas que não são designadas como Sítios Ramsar, e sem focalizar exclusivamente nos serviços relacionados à água. O governo vem estabelecendo uma política de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), através de programas como Bolsa Verde (<a href="http://www.mma.gov.br/publicacoes/desenvolvimento-rural/category/140-bolsa-verde">http://www.mma.gov.br/publicacoes/desenvolvimento-rural/category/140-bolsa-verde</a>), Despoluição de Bacias Hidrográficas (<a href="http://www.ana.gov.br/prodes/documentos.asp">http://www.ana.gov.br/prodes/documentos.asp</a>) e Produtor de Águas (<a href="http://produtordeagua.ana.gov.br/">http://produtordeagua.ana.gov.br/</a>), os quais são monitorados através de indicadores socioambientais (como por exemplo, a cobertura vegetal e aplicação de questionários em visitas domiciliares) para futura avaliação (ver resposta à questão 1.3.2a). O Programa Bolsa Verde utilizou como base os mapas de uso e ocupação do solo, produzidos pelo Programa de Monitoramento dos Biomas Brasileiros (MBBs), lançado em 2010 pelo Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).</p>	
<p>1.4.2 Foram implementados programas e/ou projetos de zonas úmidas que contribuem para os objetivos de redução da pobreza e/ou segurança alimentar e hídrica? {1.4.2} KRA 1.4.i</p>	<p>A – Sim</p>

#### 1.4.2 Informações adicionais:

Existem diversos projetos localizados em zonas úmidas que contribuem para a segurança alimentar e redução da pobreza por meio da melhoria das cadeias produtivas e introdução de práticas sustentáveis (ver resposta à questão 1.1.3 b).

Lançado em 2004, o Programa Água Doce (PAD) é uma ação do Governo Federal coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, em parceria com instituições federais, estaduais, municipais e sociedade civil. Visa o estabelecimento de uma política pública permanente de acesso à água de boa qualidade para o consumo humano, promovendo e disciplinando a implantação, a recuperação e a gestão de sistemas de dessalinização para atender, prioritariamente, as populações de baixa renda em comunidades difusas do semiárido. Com o compromisso de garantir o uso sustentável dos recursos hídricos, promovendo a convivência com o semiárido a partir da sustentabilidade ambiental e social, o PAD beneficia com acesso à água de qualidade, cerca de 100 mil pessoas em 150 comunidades difusas distribuídas nos 10 estados do semiárido.

O Programa Água Brasil é uma ação do Banco do Brasil que visa conservar o solo e a água para garantir a segurança hídrica e alimentar nas sete bacias hidrográficas onde atua. O Programa envolve agricultores, extensionistas, governos, universidades e instituições locais por meio da disseminação de boas práticas agrícolas e pecuárias e de restauração florestal (<http://www.bbaguabrasil.com.br/#!/projetos-socioambientais>).

Em alguns Sítios Ramsar que são unidades de conservação de proteção integral existem propostas (p. ex.: agrofloresta e aquicultura) para a região do entorno. Como estas são áreas restritivas (*no-take areas*), projetos voltados para populações humanas não são aplicáveis no seu interior. O Sítio Ramsar Parque Estadual do Rio Doce realiza o Projeto "Doce Loja" através de parceria com a ONG Associação dos Amigos do Parque Estadual do Rio Doce. O projeto fomenta a produção artesanal e manufaturada de produtos do entorno do Parque para comercialização em uma loja localizada no seu interior. O Sítio Ramsar SESC Pantanal possui projetos de geração de renda através do uso sustentável dos produtos e subprodutos da floresta. No Sítio Ramsar PARNA Pantanal Matogrossense foram capacitados condutores locais para o desenvolvimento de atividades de ecoturismo, havendo necessidade de continuidade das ações. O Sítio Ramsar RDS Mamirauá vem promovendo a segurança alimentar por meio do fortalecimento de processos de cogestão dos recursos pesqueiros, com ênfase no já consagrado manejo do pirarucu (*Arapaima gigas*) junto aos lagos de várzea ([http://www.mamiraua.org.br/cms/content/public/documents/publicacao/a596cbee-750b-4b21-81c8-d203b528828c\\_manejo-do-pirarucu-final-net.pdf](http://www.mamiraua.org.br/cms/content/public/documents/publicacao/a596cbee-750b-4b21-81c8-d203b528828c_manejo-do-pirarucu-final-net.pdf)). Esse sítio também desenvolve Nos Sítios Ramsar da Baixada Maranhense e das Reentrâncias Maranhenses existem ações voltadas para a aplicação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

1.4.3 Os valores socioeconômicos e culturais das zonas úmidas foram incluídos no planejamento de manejo dos Sítios Ramsar e outras zonas úmidas? {1.4.4} KRA 1.4.iii

A – Sim

1.4.3 Informações adicionais (se 'Sim' ou 'Parcialmente', por favor indique, se conhecido, quantos Sítios Ramsar e seus nomes):

Os procedimentos para a preparação de planos de manejo para as áreas protegidas brasileiras (como é o caso de todos os Sítios Ramsar do país) incluem a exigência de realizar inventários socioeconômicos da área e suas redondezas. Os conselhos de gestão das áreas protegidas incluem representantes comunitários e, como os conselhos geralmente participam da preparação ou aprovam do plano de manejo, essa também é uma forma de incorporar seus valores culturais. O único Sítio Ramsar brasileiro com plano de manejo que respondeu negativamente a esta pergunta foi o Parque Nacional do Araguaia, que possui conflitos com Terras Indígenas. Para detalhes sobre a situação dos planos de manejo dos Sítios Ramsar brasileiros verificar a resposta às perguntas 2.4.1 – 2.4.3.

**ESTRATÉGIA 1.5:** *Reconhecimento do papel da Convenção. Aumentar a visibilidade da Convenção destacando sua capacidade como mecanismo único para a gestão de ecossistemas de zonas úmidas em todos os níveis; promover a utilidade da Convenção como possível mecanismo de implementação para alcançar as metas e objetivos de outras convenções e processos globais.*

1.5.1 Desde a COP11, a “Declaração de Changwon” (Resolução X.3) foi levada à atenção de seu:

- a. Chefe de Estado
  - b. Parlamento
  - c. Setor privado
  - d. Sociedade civil
- {1.5.2}

α. B – Não

β. A – Sim

χ. A – Sim

δ. A – Sim

**1.5.1 Informações adicionais:**

Embora nenhuma ação específica tenha sido realizada para disseminar a Declaração de Changwon, os materiais produzidos pelo ponto focal para disseminar os objetivos da Convenção de Ramsar incluem informações sobre os benefícios da conservação das zonas úmidas para as populações humanas, assim como outras informações relevantes sobre a Declaração. Adicionalmente, o Ministério do Meio Ambiente trabalha continuamente por meio da distribuição de publicações e campanhas (ver resposta à pergunta 1.11.1) para disseminar informações para o público e tomadores de decisão sobre temas relevantes para a Declaração, tais como a valoração da biodiversidade e serviços ambientais e bem-estar social como resultado da conservação ambiental.

A legislação brasileira contempla os temas da Declaração de Changwon, sendo que alguns estão sendo atualmente aprofundados no governo e no meio acadêmico, como a valoração da biodiversidade e o pagamento por serviços ambientais. Por exemplo, o Projeto de Lei 792/2007 propõe uma definição para os serviços ambientais; a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/1997) instituiu o pagamento para proprietários rurais que são produtores de água e o Projeto de Lei 5.586-A/2009 propõe a certificação do mecanismo REDD (Redução das Emissões do Desmatamento e Degradação).

**ESTRATÉGIA 1.6:** *Gestão das zonas úmidas com base na ciência. Promover a implementação bem-sucedida do conceito de uso racional, assegurando que as políticas nacionais e os planos de gestão de zonas úmidas sejam baseados no melhor conhecimento científico disponível, incluindo conhecimentos técnicos e tradicionais.*

1.6.1 Foram realizadas pesquisas para informar as políticas e planos de zonas úmidas em seu país, sobre:

- a. interações entre a agricultura e as zonas úmidas
  - b. mudanças climáticas
  - c. valoração dos serviços ecossistêmicos
- {1.6.1} KRA 1.6.i

a. A – Sim

b. A – Sim

c. A – Sim

**1.6.1 Informações adicionais:**

Pesquisas sobre esses três temas foram realizadas e continuam a ser realizadas pelo governo brasileiro e pelo setor acadêmico para informar as políticas públicas, embora a maior parte das políticas não tenha sido desenvolvida especificamente para as zonas úmidas. A revista de RAMSAR sobre 'mudanças climáticas e zonas úmidas' e 'as zonas úmidas cuidam das águas' foi traduzida e amplamente difundida. Além disso, nos diversos colegiados em que o Ponto Focal participa (*e.g.* Planos de Bacia Hidrográfica da Agência Nacional de Águas), quando o assunto possui relação com as zonas úmidas, o tema RAMSAR é informado.

A partir de 1999, o Brasil passou a contar com Fundos Setoriais, sendo coordenados pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com recursos provenientes de empresas públicas e privadas, voltados para garantir investimentos sólidos e permanentes na pesquisa científica e tecnológica do Brasil. Os Fundos Setoriais são administrados por Comitês Gestores que contam com a participação de agências reguladoras, da comunidade científica e do setor privado. Um Fundo Setorial (CT-HIDRO) destina-se a financiar estudos e projetos na área de recursos hídricos para aperfeiçoar os diversos usos da água. A utilização racional da água proposta pelos estudos busca assegurar a atual e as futuras gerações um alto padrão de qualidade. Os projetos têm em vista o desenvolvimento sustentável, a prevenção e a defesa contra fenômenos hidrológicos críticos ou relacionados ao uso inadequado de recursos naturais. Os recursos são oriundos da compensação financeira atualmente recolhida pelas empresas geradoras de energia elétrica.

**1.6.2 Todos os planos de gestão de zonas úmidas foram baseados em sólidas pesquisas científicas, inclusive sobre ameaças potenciais às zonas úmidas? {1.6.2} KRA 1.6.ii**

A – Sim

**1.6.2 Informações adicionais:**

Todos os Sítios Ramsar brasileiros são áreas protegidas oficiais (unidades de conservação) e, como tal, seguem as regras do Ministério do Meio Ambiente sobre a preparação de planos de manejo, que incluem a realização de pesquisas científicas focadas naquela área específica, abrangendo temas como a biodiversidade existente, a situação ambiental e ameaças, os aspectos sociais e o zoneamento. Programas governamentais de ampla escala, como a gestão integrada marinha e costeira, também utilizam os melhores dados científicos disponíveis e levam em consideração as ameaças existentes e potenciais às zonas úmidas.

Outros instrumentos de planejamento que afetam as zonas úmidas (por exemplo, os planos de bacia hidrográfica) são preparados com foco nos tipos de uso e seguem diretrizes que incluem avaliações das ameaças ambientais.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) coordena, junto com especialistas, a elaboração dos Planos de Ação Nacional (PANs) para a conservação de grupos taxonômicos ou habitats sob ameaça

(<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/planos-de-acao-nacional.html?limitstart=0>). Durante 2012, foram elaborados os PANs para a Conservação dos Peixes Rivulídeos Ameaçados de Extinção e das Aves Limícolas Migratórias, dois grupos altamente dependentes de zonas úmidas e cujas ameaças estão associadas a conversão destes ambientes naturais. Durante 2013, foi elaborado o PAN para Conservação das Aves do Cerrado e Pantanal, onde também se concentram importantes zonas úmidas brasileiras. A resposta à pergunta 1.1.3 fornece detalhes sobre os PANs para a Conservação dos Manguezais e dos Ambientes Coralíneos. O enfoque ecossistêmico adotados nos PANs mais recentes representa um aprendizado institucional sobre a maior eficácia de estratégias voltadas para os ecossistemas em detrimento dos grupos taxonômicos.

**ESTRATÉGIA 1.7: Gestão Integrada dos Recursos Hídricos.** *Assegurar que as políticas e a implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH), utilizando uma abordagem ecossistêmica, sejam incluídas nas atividades de planejamento de todas as Partes Contratantes e em seus processos de tomada de decisão, particularmente quando relacionados à gestão de águas subterrâneas, gestão de áreas de captação de água/bacias hidrográficas, planejamento costeiro ou da zona marinha próxima à costa e atividades de mitigação e/ou adaptação às mudanças do clima.*

<p>1.7.1 O sistema de governança e gestão da água no seu país tratam as zonas úmidas como infraestruturas hídricas naturais integrantes da gestão de recursos hídricos na escala das bacias hidrográficas? {1.7.2} KRA 1.7.ii</p>	<p>A – Sim</p>
<p><b>1.7.1 Informações adicionais:</b>  Segundo a Lei 9.433/97, a unidade de gestão de recursos hídricos é a bacia hidrográfica. É na escala das bacias hidrográficas que ocorre o planejamento dos planos de infraestrutura e desenvolvimento. Para apoiar a preparação e o monitoramento desses planos, o Brasil está instituindo os comitês de bacia (os 174 existentes em 2012 respondem por uma área de 2, 17 milhões de km<sup>2</sup>, cobrindo mais de 25 % do território brasileiro) cujo sistema de governança prevê a participação de representantes da sociedade civil, governo, setor privado, ongs, comunidades tradicionais, usuários da água, universidades, entre outros atores relevantes. Os comitês de bacia são considerados os ‘parlamentos das águas’, possuindo como objetivo a gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos, por meio da implementação dos instrumentos técnicos de gestão, da negociação de conflitos e da promoção dos usos múltiplos da água na bacia hidrográfica.</p>	
<p>1.7.2 Os conhecimentos e as ferramentas de Comunicação, Educação, Participação e Conscientização (CEPA) foram incorporados no planejamento e gestão de áreas de captação de água/bacias hidrográficas (ver <a href="#">Resolução X.19</a>)? {1.7.3}</p>	<p>A – Sim</p>

### 1.7.2 Informações adicionais:

Os comitês de bacias hidrográficas são colegiados integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos onde são debatidas as questões relacionadas à gestão dos recursos hídricos. Suas ações preveem a participação e a comunicação tanto vertical, entre instituições e os atores locais, quanto horizontal, através dos limites setoriais. Para garantir a participação efetiva da sociedade, os comitês de bacias hidrográficas atuam no nível federal, interestadual e estadual (consultar <http://www.cbh.gov.br/> e a Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas - <http://www.rebob.org.br/>). Caso as situações de conflito pelo uso de águas não é dirimida no âmbito dos comitês, cabe recurso nos Conselhos de Recursos Hídricos pertinentes, como segunda instância administrativa, hierarquicamente superior ao comitê. A Agência Nacional de Águas (ANA) publica mensalmente o 'boletim das águas', onde são divulgadas notícias sobre as ações dos comitês de bacias hidrográficas.

O público alvo das ações de capacitação promovidas pela ANA é constituído por agentes gestores dos órgãos de recursos hídricos, lideranças e membros dos organismos de bacia, usuários de recursos hídricos, além do público em geral, com ênfase na população jovem. A partir de 2011, algumas questões administrativas ampliaram a capacidade da ANA em investir em ações de CEPA. A partir de 2011, a ANA passou a publicar em seis volumes, os 'Cadernos de Capacitação em Recursos Hídricos' e, recentemente, foram realizadas campanhas e vídeos informativos sobre (i) a importância da água na vida das pessoas e os cuidados com este recurso natural e (ii) o desperdício de água, incluindo dicas para economia na agricultura, indústria e residências.

Entre 2001 e 2010 foram capacitadas cerca de 10 mil pessoas, o mesmo número do período entre 2011 e 2012, em função da implementação sistemática de cursos na modalidade à distância. As horas de capacitação oferecidas aumentaram de aproximadamente 5,4 mil entre 2001 e 2010 para mais de 5,7 mil horas em 2011 e 2012. Esse mesmo aumento também ocorreu em relação ao número de turmas, que passou de 112 entre 2001 e 2010 para mais de 170 em 2011 e 2012. Em 2012, foram mais de 16.500 vagas ofertadas, em cerca de 50 cursos sobre os seguintes temas: Segurança de barragens; hidrologia/hidrometria; qualidade da água; planejamento e gestão de recursos hídricos; educação e participação social na gestão de recursos hídricos e; geoprocessamento e sensoriamento remoto. Em 2013, a ANA capacitou 12.534 pessoas e, para 2014, a expectativa é bater este recorde, com 14,5 mil alunos. No portal da ANA são oferecidos cursos à distância gratuitos, sem tutoria, sobre a gestão das águas (<http://capacitacao.ana.gov.br/Paginas/default.aspx>).

Em outubro de 2012 foi proferida uma apresentação sobre o CNZU e a Convenção de Ramsar na Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Além disso, a revista de RAMSAR sobre mudanças climáticas e zonas úmidas foi traduzida e amplamente difundida entre os atores relevantes (ver resposta à pergunta 1.6.1).

1.7.3 Seu país estabeleceu políticas ou diretrizes para melhorar o papel das zonas úmidas na mitigação e/ou adaptação às mudanças do clima? {1.7.5} KRA 1.7.iii

A – Sim

### 1.7.3 Informações adicionais:

A Política Nacional sobre Mudança do Clima, instituída pela Lei nº 12.187/2009, estabeleceu princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos, entre eles, o Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima (Fundo Clima). O Fundo Clima (<http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/fundo-nacional-sobre-mudanca-do-clima>) tem por finalidade financiar projetos, estudos e empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação a seus efeitos. Em 2012, foi realizada uma chamada pública (MMA/FNMC Nº 01) no valor de US\$ 4.260.00,00 para apresentação de projetos. Apesar de não ter sido desenvolvida uma política específica com o propósito de melhorar o papel das zonas úmidas na mitigação e/ou adaptação às mudanças climáticas, está sendo elaborando o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. Essa foi uma incumbência do Grupo Executivo (GEX) da Comissão Interministerial de Mudanças Climáticas (CIM). No âmbito deste GEX foi instaurado um Grupo de Trabalho de Adaptação (GT-Adaptação), que iniciou suas atividades em fevereiro de 2013. Por meio do GT-Adaptação, o Ministério do Meio Ambiente contratou uma consultoria para sistematizar as informações relevantes à compreensão da interface entre biodiversidade e mudanças climáticas. A previsão de finalização desta consultoria e de uma minuta do Plano Nacional de Adaptação é dezembro de 2014 (ver resposta à pergunta 1.1.3 para detalhes das iniciativas de monitoramento da biodiversidade). O Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC) é o órgão oficial de representação da sociedade civil e atua como um canal permanente de acolhimento das sugestões, informações e questionamentos da sociedade, sendo um dos membros do GT Adaptação.

O Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia [Ambientes Marinheiros Tropicais \(AMBTROPIC\)](#) tem como objetivo central a avaliação de como a heterogeneidade espaço-temporal dos ambientes marinhos tropicais poderá determinar os padrões das respostas desses ambientes e da sua resiliência às mudanças climáticas que afetarão o norte-nordeste do Brasil neste século. No tocante ao uso de recursos hídricos, as ações previstas nos planos setoriais de mitigação abordam transversalmente o assunto, por ser a água um insumo importante à maioria dos processos produtivos. Na revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos entre os programas e os subprogramas elencados como prioritários para o período de 2012-2015, ficou estabelecida a definição de diretrizes para a introdução do tema das mudanças climáticas nos planos de recursos hídricos.

Em 2009, a Agência Nacional de Águas (ANA) organizou um Grupo de Trabalho interno para analisar as hipóteses, previsões e indicações do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) de que, ao longo do século XXI, o comportamento hidrológico de algumas bacias do território nacional poderá sofrer alterações. Esse grupo, em 2010, propôs a adoção de cinco frentes de respostas adaptativas, no âmbito da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, para combater os possíveis impactos das mudanças climáticas globais:

- Nas atividades de planejamento de recursos hídricos.
- No monitoramento hidrológico.
- Nas atividades de acompanhamento e mediação de eventos hidrológicos críticos.
- Na regulação, particularmente na análise e na concessão de outorgas de uso da água.
- Na comunicação social e capacitação de atores do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh).

No que tange o planejamento de recursos hídricos, desde 2009, a ANA introduziu a simulação dos efeitos de mudanças climáticas sobre a disponibilidade hídrica na sua metodologia de elaboração dos planos de recursos hídricos de bacias hidrográficas. A simulação dos efeitos é feita para um dos cenários, geralmente o crítico, para o caso de ocorrência das mudanças previstas pelos modelos climáticos.

O monitoramento de recifes de coral (ver resposta à pergunta 1.1.3) é especialmente importante em relação às mudanças climáticas globais, devido à correlação encontrada entre eventos de branqueamento dos recifes de corais e o aumento na temperatura do mar,

ocasionado pela maior concentração de dióxido de carbono na atmosfera. [O grupo de pesquisas em recifes de corais e mudanças globais](#) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) vem analisando a alteração provocada pelas mudanças climáticas na relação simbiótica e na fotossíntese dos organismos construtores de recifes, como corais e algas coralinas. Os resultados indicam uma redução na calcificação desses organismos e, em consequência, a redução no potencial de crescimento do ecossistema recifal. Além disso, como esta resposta varia com as espécies (de corais, de Symbiodinium e das algas) e com as suas interações, podem ocorrer mudanças na estrutura das comunidades dos corais e das algas. Tanto anomalias térmicas como a alteração na química do carbonato da água promovem esses efeitos e a sua interação pode potencializar os impactos dessas mudanças.

1.7.4 Seu país formulou planos ou projetos para sustentar e melhorar o papel das zonas úmidas e da água no apoio e na manutenção de sistemas agrícolas viáveis? {1.7.6} KRA 1.7.v	A – Sim
<p><b>1.7.4 Informações adicionais:</b></p> <p>Através da adoção de boas práticas na agricultura, o país vem adaptando as ações do setor produtivo ao paradigma da sustentabilidade (ver questão 1.3.2). O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), com vigência entre 2013 e 2015 e previsão de aplicar U\$S 3,9 bilhões, é uma política pública criada para ampliar e efetivar ações para orientar o desenvolvimento rural sustentável. As ações articuladas entre os dez ministérios parceiros do Plano formam um conjunto de 134 iniciativas, distribuídas em 14 metas e organizadas a partir dos eixos estratégicos: I. Produção; II. Uso e Conservação de Recursos Naturais; III. Conhecimento e IV. Comercialização e Consumo.</p> <p>A Política Nacional sobre Mudança do Clima foi regulamentada pelo Decreto nº 7.390/2010, que definiu os Planos Setoriais de Mitigação. O Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) tem por finalidade a organização e o planejamento de ações para a adoção das tecnologias de produção sustentáveis. Desta forma, o Plano ABC pretende reduzir as emissões dos gases de efeito estufa no setor agropecuário.</p>	

**ESTRATÉGIA 1.8 Restauração de zonas úmidas.** *Identificar as zonas úmidas prioritárias e sistemas prioritários de zonas úmidas onde a restauração ou reabilitação seria benéfica e resultaria em benefícios ambientais, sociais ou econômicos de longo prazo, e implementar as medidas necessárias para recuperar essas áreas e sistemas.*

1.8.1 As áreas prioritárias para a restauração de zonas úmidas foram identificadas? {1.8.1} KRA 1.8.i	A – Sim
---	---------

**1.8.1 Informações adicionais:**

A lista das Áreas Prioritárias para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade Brasileira (datada de 2007, mas atualmente em revisão), recomenda atividades prioritárias em cada um dos biomas, inclusive atividades de recuperação. Muitas das áreas prioritárias são ou incluem zonas úmidas. No protocolo para o inventário de áreas úmidas que está sendo planejado (ver questão 1.1.1) se pretende chegar ao nível de indicar onde devem ocorrer restaurações.

Cabe ao Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas (DRB) do Ministério do Meio Ambiente identificar as áreas prioritárias a serem restauradas dentro das bacias hidrográficas.

No Sítio Ramsar PARNA Cabo Orange há áreas em que será necessária a exclusão de espécies exóticas, principalmente pasto, mas o planejamento desta ação aguarda a regularização das fazendas. No Sítio Ramsar SESC Pantanal esta ação também está planejada e no Parque Estadual do Rio Doce as áreas estão bem conservadas. No Sítio Ramsar da APA da Baixada Maranhense já houve a execução de um projeto de recuperação da mata ciliar e, atualmente, se encontra em planejamento projetos para recuperação de áreas de manguezais e programas de incentivo à pesca sustentável. Nos demais Sítios Ramsar não foram identificados áreas prioritárias para restauração.

1.8.2 Foram implementados programas ou projetos de restauração/reabilitação de zonas úmidas? {1.8.2} KRA 1.8.i

A – Sim

### 1.8.2 Informações adicionais:

Como os estudos realizados pelo Projeto Coral Vivo indicaram que é muito mais barato conservar os recifes de coral do que restaurar esses sistemas, os esforços estão atualmente sendo direcionados para atividades de educação ambiental e outras ações de conservação. O Projeto Coral Vivo busca formar uma rede de pesquisas ambientais e sociais relacionadas com a conservação e uso sustentável de ambientes recifais brasileiros (<http://coralvivo.org.br/>). A atuação do projeto ocorre no sul da Bahia, envolvendo três linhas de ação: geração de conhecimento, ensino/educação ambiental e sensibilização/mobilização da sociedade.

O Centro de Recuperação de Manguezais da Universidade Federal do Maranhão (CERMANGUE) tem como foco de atuação ações de educação ambiental para a recuperação de manguezais em áreas degradadas da zona costeira. As áreas de manguezais recuperadas são monitoradas pela equipe do CERMANGUE visando promover a educação ambiental.

O Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – [Recursos Minerais, Água e Biodiversidade \(ACQUA\)](#) possui o foco de atuação a avaliação do impacto das atividades da indústria mineral sobre a qualidade de água, de solo e conservação da biodiversidade no estado de Minas Gerais. Seu objetivo mais amplo é contribuir para a minimização dos impactos das atividades do setor, para a seleção de técnicas de remediação e, particularmente, para a conservação da biodiversidade aquática.

O Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação possui ações voltadas às bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Tocantins-Araguaia, Paraíba do Sul, Alto Paraguai, Parnaíba e Paranaíba. A revitalização de bacias hidrográficas possui interface com vários programas federais e vem sendo implementada também por meio de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As unidades de planejamento e gestão utilizadas são as 12 regiões hidrográficas nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (Resolução nº32, de 15 de outubro de 2003) a partir das quais são desenvolvidos programas e projetos organizados nas escalas de bacias, sub-bacias e microbacias.

Em 2010 foi realizado o Plano de Ação Nacional para conservação das espécies aquáticas da Bacia do Rio Paraíba do Sul (PAN Paraíba do Sul). Apesar de seu objetivo estar voltado para a recuperação e manutenção das espécies aquáticas ameaçadas de extinção, os novos PANs vêm adotando um enfoque ecossistêmico

(<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/plano-de-acao/146-pan-paraiba-do-sul>).

**ESTRATÉGIA 1.9: Espécies exóticas invasoras.** *Encorajar as Partes Contratantes a desenvolver um inventário nacional das espécies exóticas invasoras que atualmente e/ou potencialmente impactam as características ecológicas das zonas úmidas, em especial os Sítios Ramsar, e assegurar o apoio mútuo entre o inventário nacional e o Registro Global da IUCN sobre Espécies Invasoras (GRIS); desenvolver orientações e promover procedimentos e ações para evitar, controlar ou erradicar tais espécies dos sistemas de zonas úmidas.*

1.9.1 Seu país tem um inventário nacional abrangente das espécies exóticas invasoras que atualmente ou potencialmente impactam as características ecológicas das zonas úmidas?  
{1.9.1} KRA 1.9.i

A – Sim

### 1.9.1 Informações adicionais:

O Ministério do Meio Ambiente publicou em 2009 o primeiro 'Informe sobre as Espécies Exóticas Invasoras Marinhas no Brasil' (Série Biodiversidade n° 33), que lista 58 espécies exóticas. A publicação 'Espécies Exóticas Invasoras de Águas Continentais no Brasil' foi finalizada e está em processo de avaliação no Comitê Editorial do Ministério do Meio Ambiente, devendo ser publicada ainda em 2014. O total de registros sobre espécies exóticas para os ecossistemas aquáticos no Brasil, somando os resultados obtidos a partir da consulta ampla e da revisão bibliográfica, alcançou 1.612 ocorrências, com destaque para os registros de peixes (67%) e de moluscos (12%). Estes registros totalizaram a ocorrência de 163 diferentes espécies, estando entre estas, três híbridos (dois peixes e uma macrófita aquática). Dentre as espécies inventariadas foram registradas: 109 peixes, 12 microrganismos (incluindo micro crustáceos), 12 macrófitas aquáticas, 11 crustáceos, 4 anfíbios, 7 moluscos, 2 répteis, 2 platelmintos, 2 cnidários, 1 nematelminto e 1 anelídeo. Além destas espécies, há 11 registros de peixes e outros dois de microrganismos que, somente foram identificados até o nível gênero, estando estes gêneros já contemplados entre aqueles registrados no levantamento realizado.

Outra publicação cujo lançamento está próximo é a 'Lista Oficial das Espécies Exóticas Invasoras Marinhas no Brasil'. Esta será a primeira lista oficial de espécies exóticas invasoras a ser publicada no Brasil. Posteriormente, serão oficializadas as espécies exóticas invasoras de águas continentais e também as terrestres.

1.9.2 Foram estabelecidas políticas ou orientações nacionais de controle e manejo de espécies invasoras para zonas úmidas?  
{1.9.2} KRa 1.9.iii

A – Sim

#### 1.9.2 Informações adicionais:

A Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO) criou em 2006 uma Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Exóticas Invasoras (Deliberação nº 49/2006). Em 2009 essa Câmara Técnica publicou a Resolução CONABIO nº 5, estabelecendo a Estratégia Nacional para Espécies Invasoras, que fornece a estrutura e as diretrizes para o desenvolvimento de planos subnacionais para evitar, controlar e monitorar espécies invasoras nos ecossistemas brasileiros, inclusive em zonas úmidas.

Visando sistematizar e divulgar a informação já existente sobre o tema, foi produzido um ‘Informe Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras’, cujos resultados permitirão planejar e definir medidas concretas para a execução das ações prioritárias voltadas à prevenção, controle e erradicação das espécies exóticas invasoras no país.

Regionalmente, Leão *et al.* (2011) produziram o livro ‘Espécies Exóticas Invasoras no Nordeste do Brasil: Contextualização, Manejo e Políticas Públicas’ (disponível em <http://cepan.org.br/uploads/file/arquivos/6b89ddc79ee714e00e787138edee8b79.pdf>). Adicionalmente, existem algumas diretrizes internacionais que o Brasil está começando a adotar, tais como:

- Água de lastro: como membro da *International Maritime Organization* (IMO) e signatário da Convenção sobre Água de Lastro, o Brasil está adotando algumas das diretrizes fornecidas por esses instrumentos. O *Global Ballast Water Management Programme* (Programa GloBallast) é uma iniciativa da IMO e da *Global Environment Facility* (GEF) voltada à redução da transferência de espécies exóticas aquáticas através de água de lastro. Este programa desenvolveu e implementou um plano de comunicação sobre as espécies invasoras da água de lastro em áreas portuárias e uma avaliação de risco da água de lastro e da biota do porto. O Programa GloBallast também inclui o desenvolvimento das atividades de treinamento, de legislação e de regulamentação relacionados a implementação das medidas de gestão de água de lastro, bem como, um sistema de conformidade, monitoramento e efetivação, além da cooperação regional com os países vizinhos. Como parte das atividades de comunicação e difusão das informações do Programa GloBallast, foram identificadas as espécies aquáticas introduzidas no Brasil, como o [mexilhão dourado](#) (*Limnoperna fortunei*), o siri do Oceano Índico (*Charybdis hellerii*) e o molusco bivalve (*Isognomon bicolor*). Em 2005, a Autoridade Marítima Brasileira publicou a NORMAM 20 (revisada em janeiro de 2014), que regulamenta a substituição oceânica da água de lastro de navios, o uso de tinta anti-incrustante nos cascos e o preenchimento de um formulário para informações relativas à água utilizada como lastro, cujos dados foram usados para mapear os portos mais vulneráveis no país.

- Mexilhão dourado: com o aparecimento do mexilhão dourado (*Limnoperna fortunei*), houve uma drástica mudança na forma como o problema das espécies invasoras era tratado no país. Com o auxílio do Programa GloBallast, em 2003, o Brasil elaborou um ‘Plano de Ação Emergencial’ visando criar uma força tarefa para o controle do mexilhão dourado. O projeto do mexilhão dourado buscou educar agências governamentais e indústrias brasileiras e subsidiou, dentre outros, a NORMAM 20.

- Pesquisas sobre bioincrustação: visando desenvolver orientações para o controle e manejo de espécies invasoras, o Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), da Marinha do Brasil, bem como diversas universidades, estão empenhadas em realizar pesquisas sobre a bioincrustação do coral-sol (*Tubastraea* spp). Na Baía da Ilha Grande, o coral sol vem se disseminando sem predadores naturais, eliminando a fauna nativa dos recifes que ocupa (SILVA *et al.* Expansion of the invasive corals *Tubastraea coccinea* and *Tubastraea tagusensis* into the Tamoios Ecological Station Marine Protected Area, Brazil. *Aquatic Invasions*. v. 6, n. 1, p. 105 – 110, 2011). Em abril de 2014, o coral-sol foi tema de uma audiência pública realizada na sede do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro.

- Medidas de mitigação na aquicultura: a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAM) N° 459, de 16 de outubro de 2013 estabelece medidas de mitigação aos impactos potenciais envolvidos no uso de espécies exóticas na aquicultura.

**ESTRATÉGIA 1.10: Setor privado.** Promover o envolvimento do setor privado na conservação e no uso racional das zonas úmidas.

<p>1.10.1 O setor privado está sendo encorajado a aplicar os princípios e orientações sobre uso racional de Ramsar (manuais de Ramsar para o uso racional de zonas úmidas) em suas atividades e investimentos relacionados a zonas úmidas? {1.10.1} KRA 1.10.i</p>	<p>B – Não</p>
<p><b>1.10.1 Informações adicionais:</b>  O setor privado está representado no Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU) e as atividades desenvolvidas em qualquer ecossistema brasileiro, incluindo zonas úmidas, obedecem à legislação ambiental que inclui o licenciamento e a proteção das Reservas Legais e Áreas de Proteção Permanente definidas no Código Florestal.  Além disso, existem reservas particulares que são Sítios Ramsar e pertencem ao setor privado, sendo obrigados a seguir os princípios adequados para manter essas áreas.  Adicionalmente, o Programa de Revitalização de Bacias (ver resposta à pergunta 1.8.2) busca envolver os atores da agricultura nos esforços para restaurar zonas úmidas importantes, uma vez que as práticas inadequadas de uso do solo são a principal causa de impacto sobre essas áreas.</p>	
<p>1.10.2 O setor privado realizou atividades ou ações para o uso racional e gestão de:  a. Sítios Ramsar  b. zonas úmidas em geral  {1.10.2} KRA 1.10.ii</p>	<p>a. A – Sim  b. B – Não</p>

### 1.10.2 Informações adicionais:

Embora ainda sejam pontuais, existem iniciativas do setor privado para apoiar a conservação de zonas úmidas, através da criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs. Duas dessas RPPNs no Pantanal são Sítios Ramsar: RPPN SESC Pantanal e RPPN Fazenda Rio Negro. Entretanto, considerando o tamanho do Brasil e a área total coberta por zonas úmidas, esse envolvimento ainda é pequeno.

Na RPPN SESC Pantanal esta ação está planejada e no PARNA Abrolhos é realizado um passeio por empresas privadas que atendem as normas especificadas no plano de manejo e plano de uso público. No PARNA Pantanal Matogrossense houve doações de recursos que foram utilizados para aquisição de equipamentos e construções de estruturas físicas para melhorar a sua gestão. No Parque Estadual do Rio Doce, historicamente foram estabelecidas parcerias com empresas instaladas em seu entorno, principalmente relacionadas com a prevenção e o controle aos incêndios florestais e com o fortalecimento da sua gestão. O projeto ‘Caminho das Águas’ é uma parceria da Agência Nacional de Águas (ANA) com a Fundação Roberto Marinho para o desenvolvimento de atividades educativas ligadas à temática da água. A estratégia central do projeto consiste na distribuição de materiais educativos (kits) em escolas da rede pública nas regiões das bacias hidrográficas dos rios Paraíba do Sul, São Francisco, Doce e Piracicaba, Capivari e Jundiá. O kit oferece ao professor alguns instrumentos didáticos para a iniciação dos alunos do ensino fundamental nos procedimentos da pesquisa científica. As atividades desenvolvidas com os alunos buscam transmitir os subsídios básicos para a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos e contribuir para a produção e veiculação de séries de programas televisivos para a grade nacional do Canal Futura.

O projeto ‘Água: conhecimento para a gestão’ (<http://www.aguaegestao.com.br/>) surgiu em agosto de 2011, como fruto de um convênio entre a ANA, a Fundação Parque Tecnológico Itaipu e a Itaipu Binacional com o objetivo de promover a capacitação no Brasil e na América Latina em prol da boa gestão de recursos hídricos. Nos três primeiros anos foram oferecidas, gratuitamente, 30 mil vagas em [36 cursos](#) de capacitação nas modalidades semipresencial e totalmente à distância, sendo o convênio estendido até dezembro de 2015.

O programa ‘Rede das Águas’ (<http://www.sosma.org.br/projeto/rede-das-aguas/>) da Fundação SOS Mata Atlântica se dedica a promover a mobilização social para a gestão participativa e integrada entre água e florestas, com atuação focada em bacias hidrográficas. A educação ambiental é praticada por meio de kits de monitoramento da qualidade da água, utilizados hoje por mais de 300 grupos de monitoramento de água no Rio Tietê e outras bacias hidrográficas, em dez Estados com Mata Atlântica.

Através do ‘Movimento Água para São Paulo’, que busca a conservação dos mananciais hídricos, em 2013, a ong *The Nature Conservancy* atuou junto com a iniciativa privada em projetos de reflorestamento no reservatório de água do município de São Paulo.

**ESTRATÉGIA 1.11: Medidas de incentivo.** *Promover medidas de incentivo que encorajem a aplicação das estipulações da Convenção sobre o uso racional.*

1.11.1 Foram realizadas ações para implementar medidas de incentivo que encorajem a conservação e o uso racional das zonas úmidas? {1.11.1} KRA 1.11.i

A – Sim

**1.11.1 Informações adicionais:**

O Brasil celebra anualmente o Dia Mundial das Zonas Úmidas, com atividades de educação ambiental e divulgação em Sítios Ramsar e em áreas que são relevantes para o tema do ano. Os eventos são geralmente organizados e apoiados pelas agências ambientais governamentais locais, ONGs e universidades, entre outros. Materiais impressos são produzidos com base nos materiais fornecidos pelo Secretariado da Convenção de Ramsar, com adaptações para a realidade do país e adição de informações nacionais relevantes, inclusive informações sobre os Sítios Ramsar brasileiros. Geralmente esses eventos são amplamente divulgados pela mídia local (TV, internet, jornais locais). Adicionalmente, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) desenvolve outras campanhas temáticas de conscientização, de acordo com as questões emergentes e prioridades nacionais, com a disponibilidade de recursos e a relevância do tema no momento. Tais campanhas vêm sendo desenvolvidas desde 2000 e podem ter abrangência nacional ou regional, em função do tema selecionado. Até o momento, já foram realizadas as seguintes campanhas:

- Conduta Consciente em Ambientes Recifais

1) Cursos para Multiplicadores da Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais para Multiplicadores da Campanha (20 alunos). Em agosto de 2011 (Maraú-BA), o MMA forneceu o material e a metodologia.

2) Cursos para Voluntários do Programa Reef Check: (i) Curso de Monitoramento de Recifes de Coral (13 alunos), realizado durante outubro de 2012 em Paripueira (AL); (ii) Curso de Monitoramento de Recifes de Coral (12 alunos), realizado durante dezembro de 2012 em Itaparica (BA) e (iii) Curso de Monitoramento de Recifes de Coral (10 alunos), realizado durante janeiro de 2013 em Tamandaré (PE).

- Conduta Consciente em Praias

1) Campanha lançada em 2010 em parceria com o programa Bandeira Azul de Certificação de Praias, Instituto Ratoões, UFPE, Projeto Orla e Ong Parapuka. O Programa Bandeira Azul existe desde 1987 e tem como objetivo elevar o grau de conscientização dos cidadãos e dos tomadores de decisão para a necessidade de se proteger o ambiente marinho e costeiro e incentivar a realização de ações que conduzam à resolução dos conflitos existentes. Em 2014 foram produzidos e distribuídos 2.000 folders para as praias certificadas (Prainha no Rio de Janeiro, Guarujá em São Paulo e Praia do Tombo em São Paulo) e para o Instituto Ratoões, além de parceiros do MMA, como os gestores de Sítios Ramsar na Zona Costeira, Secretarias de Meio Ambiente, universidades, ongs e escolas.

- Conduta Consciente em Ambientes Marinhos

1) Em junho de 2014 foram distribuídos 2.000 folders do Sítio Ramsar Parque Nacional Marinho de Abrolhos/Baleia Jubarte como forma de divulgação do Parque e de seus atrativos para os visitantes e a população das localidades do baixo sul da Bahia.

- Projeto 'Guia Didático Maravilhosos Manguezais do Brasil'

O Guia Didático está sendo difundido nacionalmente pelo Instituto Bioma Brasil. Em julho de 2012, monitores ambientais, gestores de unidades de conservação e educadores de redes municipais de ensino foram alvo de uma série de cursos de capacitação em Tamandaré (PE) e Porto de Pedras (AL).

- Centro Escola Mangue

Associação civil, fundada em 2003, com atuação no litoral nordestino. Desenvolve uma Escola Ambiental centrada na cultura como eixo pedagógico e que valoriza o saber ancestral e os saberes acadêmicos, na perspectiva da promoção da sustentabilidade do meio ambiente.

Promove o protagonismo familiar de comunidades ribeirinhas, estuarinas e da praia que têm em comum o bioma costeiro-marinho, visando à sustentabilidade ambiental e a cidadania.

- Passaporte verde

Campanha voltada para o turismo sustentável com o objetivo de apoiar a qualificação da cadeia produtiva do turismo e a implantação de infraestrutura básica e turística, além das ações de educação ambiental, por parte do Ministério do Meio Ambiente. A ação também incentiva o turista a consumir de forma consciente e reduzir os impactos do turismo no meio ambiente.

- Projeto Manguezal do CEPENE: O Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste (CEPENE), sediado em Tamandaré (Estado de Pernambuco), é um dos Centros Especializados do ICMBio voltados para o estudo, a pesquisa e a gestão dos recursos pesqueiros. O Projeto Integrado de Manejo e Monitoramento para Uso Sustentável pela População Ribeirinha no Manguezal de Caravelas, Bahia (Projeto Manguezal) tem como objetivo: (i) monitoramento e manejo dos recursos naturais; (ii) informação e educação ambiental; (iii) associativismo como forma de agregar valor econômico e (iv) ação comunitária para valorização e proteção dos recursos ambientais.

1.11.2 Foram realizadas ações para remover medidas de incentivo contrário que desencorajam a conservação e o uso racional de zonas úmidas? {1.11.2} KRA 1.11.i

B – Não

1.11.2 Informações adicionais:

.....

## META 2. ZONAS ÚMIDAS DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL

**Nota:** Um Anexo opcional (Seção 4) a esse formato de Relatório Nacional para a COP12 foi fornecido para que a Parte Contratante se desejar, possa fornecer também informações adicionais de forma separada, sobre qualquer de suas Zonas Úmidas de Importância Internacional (Sítios Ramsar).

**ESTRATÉGIA 2.1: Designação de Sítios Ramsar.** *Aplicar o “Arcabouço Estratégico e diretrizes para o futuro desenvolvimento da Lista de Zonas Úmidas de Importância Internacional” (Manual 14, 3ª Edição).*

2.1.1 O país estabeleceu uma estratégia nacional e prioridades para a futura designação de Sítios Ramsar, usando o Arcabouço Estratégico para a Lista de Ramsar? {2.1.1} KRA 2.1.i

A - Sim

### 2.1.1 Informações adicionais:

A Recomendação N° 05 de 25 de junho de 2012 do Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU) dispõe sobre critérios para designação de Sítios Ramsar e contém um anexo com as Áreas Protegidas a serem indicadas como potenciais Sítios de Importância Internacional (Sítios Ramsar). Uma das metas Plano Plurianual Mais Brasil (PPA 2012 – 2015) é designar 5 sítios Ramsar, porém a Autoridade Administrativa já possui a ficha descritiva completa e pretende indicar até o final de 2014 os sete Sítios Ramsar descritos a seguir:

- Área de Proteção Ambiental (APA) Guaratuba.
- Área de Proteção Ambiental (APA) Fernando de Noronha + Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha.
- Reserva Biológica de Atol das Rocas.
- Estação Ecológica do Taim.
- Parque Nacional Viruá.
- Reserva Biológica Guaporé.
- Parque Nacional Ilha Grande.

2.1.2 Quantas designações de Sítios Ramsar estão planejadas para o próximo triênio (2015-2018)? {2.1.4} KRA 2.1.iii

4 sítios

2.1.2 Informações adicionais (Se possível, favor indicar o(s) nome(s) do(s) Sítio(s) e o ano previsto para a designação):

Por meio do Termo de Referência N° 05/2013 (PNUD BRA/11/001), foi contratado um consultor para preenchimento da ficha descritiva de quatro novos Sítios Ramsar. Os resultados desta consultoria deverão estar concluídos ainda em 2014 e a indicação dos novos Sítios Ramsar deverá ocorrer em 2015. Caso sejam aprovados, com 10 novos Sítios Ramsar criados, somados aos 12 existentes, o país contará com 22 Sítios Ramsar e, a partir de então, os esforços estarão concentrados na implementação efetiva destas áreas.

**ESTRATÉGIA 2.2: Informações sobre os Sítios Ramsar.** *Assegurar que o Serviço de Informações sobre os Sítios Ramsar esteja disponível e melhorado como uma ferramenta para novas designações de zonas úmidas para a Lista de Zonas Úmidas de Importância Internacional e para pesquisas e avaliações, e que seja gerida efetivamente pelo Secretariado.*

2.2.1 O Serviço de Informações sobre os Sítios Ramsar e suas ferramentas estão sendo usados na identificação nacional de novos Sítios Ramsar a serem designados? {2.2.1} KRA 2.2.ii	A - Sim
<p><b>2.2.1 Informações adicionais:</b>          Não há um Serviço de Informações sobre os Sítios Ramsar, mas a Recomendação nº 05 de 25 de junho de 2012 do CNZU apresenta dois anexos:          Anexo A que lista os critérios nacionais que deverão ser adotados como metodologia para a seleção de áreas protegidas a serem indicadas como potenciais Sítios de Importância Internacional - Sítios Ramsar;          Anexo B que apresenta as unidades de conservação listadas segundo as notas obtidas pelos critérios descritos no Anexo A. Com base nos critérios foram produzidas duas listas de áreas protegidas prioritárias para designação como Sítio Ramsar, conforme sua localização em ambiente continental ou em ambiente marinho e na zona costeira. Além disso, o Inventário das Áreas Úmidas Brasileiras, quando concluído, irá auxiliar na identificação das prioridades de criação de novos Sítios Ramsar.</p>	

**ESTRATÉGIA 2.3: Planejamento da gestão – novos Sítios Ramsar.** *Reconhecendo que a designação como Sítio Ramsar pode funcionar como um estímulo para o desenvolvimento de planos efetivos de manejo das áreas, encorajar amplamente a filosofia de que todos os novos Sítios Ramsar devem ter planos de manejo efetivos desenvolvidos antes de serem designados, assim como recursos para implementar esses planos.*

2.3.1 Todos os sítios que estão sendo preparados para a designação Ramsar (2.1.2 acima) têm processos estabelecidos de planejamento para o manejo da área? {2.3.1} KRA 2.3.i	Alguns sítios
<p><b>2.3.1 Informações adicionais:</b>          Entre os sítios citados no item 2.1.2 que estão sendo preparados para a designação Ramsar, os seguintes apresentam Plano de Manejo:          - Área de Proteção Ambiental (APA) Fernando de Noronha + Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha          - Reserva Biológica de Atol das Rocas          - Reserva Biológica Guaporé          - Parque Nacional Ilha Grande          - Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaratuba          O Plano de Manejo da Estação Ecológica do Taim se encontra em preparação.          O Plano de Manejo do Parque Nacional Viruá foi concluído e aguarda aprovação pelo departamento legal da autoridade administrativa federal (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio).</p>	

**ESTRATÉGIA 2.4: Características ecológicas dos Sítios Ramsar.** *Manter as características ecológicas de todos os Sítios Ramsar designados, através de planejamento e manejo.*

2.4.1 Quantos Sítios Ramsar possuem um plano de manejo? {2.4.1} KRA 2.4.i	8 sítios
2.4.2 Dos Sítios Ramsar que têm plano de manejo, quantos estão implementando o plano de manejo? {2.4.2} KRA 2.4.i	8 sítios

2.4.3 Quantos Sítios Ramsar estão preparando um plano de manejo? {2.4.3} KRA 2.4.i	4 sítios
<p><b>2.4.1 – 2.4.3 Informações adicionais:</b></p> <p>O Brasil possui 12 Sítios Ramsar, listados abaixo, com a situação do plano de manejo.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Parque Nacional do Araguaia (Tocantins, região norte): Plano de manejo sendo implementado e atualmente em revisão.</li> <li>- Parque Nacional da Lagoa do Peixe (Rio Grande do Sul, região sul): Plano de manejo sendo parcialmente implementado.</li> <li>- Parque Nacional do Pantanal Matogrossense (Mato Grosso, região centro-oeste): Plano de manejo sendo parcialmente implementado.</li> <li>- Parque Nacional Marinho de Abrolhos (Bahia, região nordeste): Plano de manejo sendo parcialmente implementado.</li> <li>- Parque Estadual do Rio Doce (Minas Gerais, região sudeste): Plano de manejo sendo implementado.</li> <li>- Parque Estadual Parcel do Manuel Luís (Maranhão, região nordeste): Plano de manejo em preparação.</li> <li>- Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá (Amazonas, região norte): Plano de manejo sendo implementado e atualmente em revisão, com previsão de consolidação em agosto de 2014.</li> <li>- Reserva Particular do Patrimônio Natural SESC Pantanal (Mato Grosso, região centro-oeste): Plano de manejo sendo implementado.</li> <li>- Área de Proteção Ambiental Baixada Maranhense (Maranhão, região nordeste): Plano de manejo em preparação.</li> <li>- Área de Proteção Ambiental Reentrâncias Maranhenses (Maranhão, região nordeste): Plano de manejo em preparação.</li> <li>- Parque Nacional do Cabo Orange (Amapá, região norte): Plano de manejo sendo implementado.</li> <li>- RPPN Fazenda Rio Negro (Mato Grosso do Sul, região centro-oeste): existe uma versão do seu plano de manejo na agência ambiental governamental do estado do Mato Grosso do Sul, porém os novos proprietários, apesar de comprometidos com a conservação do sítio, ainda não estão cientes dos seus instrumentos de gestão.</li> </ul> <p>Os Sítios Ramsar do Estado do Maranhão (Parque Estadual Parcel do Manuel Luis, Área de Proteção Ambiental Reentrâncias Maranhenses e da Baixada Maranhense), assim como a maioria das unidades de conservação estaduais não possuem Plano de Manejo. No entanto, existe expectativa de recursos de compensação ambiental estadual para a sua produção, viabilizada pela Lei Estadual N. 9.412 de 11 de julho de 2011 (Lei da Compensação Ambiental Estadual). Em 2008 esses Sítios Ramsar participaram de uma oficina de planejamento, onde foram identificadas as ações prioritárias. No caso da APA Reentrâncias Maranhenses, foram consideradas as conexões com as Reservas Extrativistas que possuem planos de uso.</p> <p>A resposta à questão 1.4.3 fornece informações sobre o processo de elaboração dos planos de manejo.</p>	
2.4.4 Quantos sítios têm um comitê gestor transsetorial? {2.4.6} KRA 2.4.iv	06 sítios

#### 2.4.4 Informações adicionais (Se ao menos 1 sítio, favor fornecer os nomes e os números oficiais do sítio ou sítios):

Os seguintes Sítios possuem conselho gestor com caráter consultivo e constituído por representantes de diversos setores:

- Parque Nacional Marinho de Abrolhos: estabelecido em 2002.
- Parque Nacional da Lagoa do Peixe: estabelecido em 2006.
- Parque Estadual Rio Doce: estabelecido em 2002.
- Parque Nacional do Cabo Orange: estabelecido em 2006.
- Parque Nacional do Pantanal Matogrossense: estabelecido em 2008, necessita atualização.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá possui conselho gestor com caráter deliberativo e estabelecido em 2008.

A Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Maranhão pretende aproveitar as articulações institucionais necessárias para elaboração do plano de manejo dos Sítios Ramsar (Parque Estadual Parcel do Manuel Luis, Área de Proteção Ambiental Reentrâncias Maranhenses e da Baixada Maranhense) para formalizar o Conselho Gestor (ver resposta à pergunta 2.4.3).

#### 2.4.5 Quantos sítios prepararam uma descrição de suas características ecológicas? {2.4.7} KRA 2.4.v

8 sítios

#### 2.4.5 Informações adicionais (Se ao menos 1 sítio, favor fornecer os nomes e os números oficiais do sítio ou sítios):

No Brasil, a descrição das características ecológicas é um dos passos obrigatórios do processo de preparação dos planos de manejo para unidades de conservação. Como todos os Sítios Ramsar brasileiros são unidades de conservação, todos os Sítios que possuem plano de manejo prepararam uma descrição das características ecológicas da área. Os seguintes Sítios brasileiros possuem essas informações:

- Parque Nacional do Araguaia
- Parque Nacional da Lagoa do Peixe
- Parque Nacional do Pantanal Matogrossense
- Parque Nacional Marinho de Abrolhos
- Parque Estadual do Rio Doce
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá
- Reserva Particular do Patrimônio Natural SESC Pantanal
- Parque Nacional do Cabo Orange.

**ESTRATÉGIA 2.5: Efetividade do manejo dos Sítios Ramsar.** *Revisar todos os Sítios Ramsar existentes para determinar a efetividade dos arranjos de manejo, em conformidade com o "Arcabouço Estratégico e as diretrizes para o desenvolvimento futuro da Lista de Zonas Úmidas de Importância Internacional".*

#### 2.5.1 Foram realizadas avaliações da efetividade do manejo dos Sítios Ramsar? {2.5.1} KRA 2.5.i

C – Alguns sítios

#### 2.5.1 Informações adicionais (Se 'Sim' ou 'Alguns sítios', favor indicar o ano da avaliação e a fonte de informação):

A efetividade do manejo das Unidades de Conservação (UCs) federais foi avaliada pelo IBAMA, em colaboração com o WWF-Brasil, em um primeiro esforço abrangente realizado em 2006, utilizando o método RAPPAM (*Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management*) de Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Áreas Protegidas (RAPPAM Brasil, 2007; IBAMA e WWF-Brasil, 2007).

Efetividade de gestão das unidades de conservação federais do Brasil. Disponível em:

[http://assets.wwfbr.panda.org/downloads/efetividade\\_de\\_gestao\\_das\\_unidades\\_de\\_conservacao\\_federais\\_do\\_brasil.pdf](http://assets.wwfbr.panda.org/downloads/efetividade_de_gestao_das_unidades_de_conservacao_federais_do_brasil.pdf).

Esse estudo incluiu 84% de todas as UCs existentes em 2006, construindo uma linha de base para comparação com futuras avaliações periódicas. Uma segunda avaliação foi realizada em 2010, onde foram avaliadas 94% das UCs federais.

Para a divulgação externa desses dados, está em andamento a estruturação de uma estratégia conjunta de compartilhamento das informações levantadas nos ciclos 2005-2006 e 2010 em um site específico para esse fim, denominado “Observatório de Unidades de Conservação”, em desenvolvimento pela ONG WWF (<http://observatorio.wwf.org.br/>).

Os seguintes Sítios Ramsar participaram dos dois ciclos de avaliação da efetividade do manejo (2006 e 2010): Parque Nacional do Araguaia, Parque Nacional Marinho de Abrolhos (designado como Sítio Ramsar em 2010), Parque Nacional da Lagoa do Peixe e Parque Nacional do Pantanal Matogrossense. A média da efetividade do manejo de todas as UCs federais avaliadas no país foi calculada em 35% em 2006 e 49% em 2010, enquanto que a média das UCs federais que acumulam o título de Sítios Ramsar foi um mais alta, alcançando 49% em 2006 e 66% em 2010. Na Seção 4, as respostas negativas da RPPN Fazenda Rio Negro e dos Parques Nacionais Lagoa do Peixe, Pantanal Matogrossense e Marinho de Abrolhos refletem a ausência de avaliações da efetividade formais no último triênio.

A efetividade dos Sítios Ramsar presentes em UCs federais também é monitorada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) mediante os instrumentos de Gestão Estratégica, seguindo a metodologia internacionalmente consolidada de *Balanced Scorecard*. A estratégia institucional é comunicada a todas as instâncias organizacionais, cada uma delas possui indicadores e metas e desenvolvem seus planos de ação para o alcance dos objetivos estratégicos. Com isso, os resultados realizados por cada unidade organizacional são monitorados permanentemente por meio do Sistema Integrado de Gestão Estratégica (SIGE).

Os Sítios Ramsar do Estado do Maranhão (Parque Estadual Parcel do Manuel Luis, Área de Proteção Ambiental Reentrâncias Maranhenses e da Baixada Maranhense) não realizaram avaliação da efetividade no último triênio (2011 – 2014).

**ESTRATÉGIA 2.6: Status dos Sítios Ramsar.** *Monitorar a condição dos Sítios Ramsar e enfrentar as modificações negativas de suas características ecológicas, notificar o Secretariado de Ramsar sobre as modificações sofridas por Sítios Ramsar, e utilizar o Registro de Montreux, se apropriado, e a Missão de Aconselhamento de Ramsar como ferramentas para lidar com os problemas.*

<p>2.6.1 Existem mecanismos estabelecidos para que a Autoridade Administrativa seja informada sobre modificações atuais ou prováveis induzidas por atividades humanas nas características ecológicas dos Sítios Ramsar, em conformidade com o Artigo 3.2? {2.6.1} KRA 2.6.i</p>	<p>A – Sim</p>
<p>2.6.1 Informações adicionais (Se ‘Sim’ ou ‘Alguns sítios’, favor resumir o mecanismo ou mecanismos estabelecidos):</p> <p>O Ministério do Meio Ambiente (Autoridade Administrativa para Ramsar), o Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e instituições parceiras possuem mecanismos de monitoramento estabelecidos para atualizar informações sobre as modificações ecológicas em unidades de conservação, tais como o monitoramento por satélite da cobertura vegetal e das ocorrências de queimadas. Alguns Sítios Ramsar, como o Parque Nacional Marinho de Abrolhos, possuem monitoramento da biodiversidade (corais, aves, cetáceos) que podem oferecer informações sobre modificações nas características ecológicas.</p>	
<p>2.6.2 Todos os casos de modificações negativas atuais ou prováveis induzidas por atividades humanas nas características ecológicas dos Sítios Ramsar foram relatadas ao Secretariado de Ramsar, em conformidade com o Artigo 3.2? {2.6.2} KRA 2.6.i</p>	<p>Z – Sem modificações negativas</p>
<p>2.6.2 Informações adicionais (Se “Sim” ou “Alguns casos”, indicar para quais Sítios Ramsar a Autoridade Administrativa fez relatos do Artigo 3.2 para o Secretariado e para quais Sítios esses relatos de modificações ou modificações prováveis ainda não foram feitos):</p> <p>O Secretariado de Ramsar, através da Conselheira para as Américas (Maria Rivera), reportou em setembro de 2013, denúncias de mudanças nas características ecológicas de três Sítios Ramsar brasileiros situados na região do Pantanal Matogrossense. As ameaças dizem respeito aos processos de construção de 87 Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs) na região, que alterariam as características ecológicas das zonas úmidas dos Sítios Ramsar presentes na Bacia Hidrográfica devido ao seu efeito cumulativo. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) apresentou informações ao Secretariado de Ramsar em novembro de 2013 sobre as medidas que estão sendo implementadas para a manutenção das características ecológicas dos referidos sítios. Neste documento, o MMA destaca que foi oferecido suporte técnico e financeiro aos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para elaboração do Plano de Recursos Hídricos, onde estão previstas a instalação de PCHs e cujo processo de licenciamento ambiental é realizado pelos Estados. O documento ainda esclarece que os Sítios Ramsar não estão localizados na área de influência direta das PCHs, porém considera a possibilidade de efeitos sinérgicos. A resposta a pergunta 3.4.3 detalha a Resolução N° 6 do Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU), editada em resposta às denúncias. Enquanto o Plano de Recursos Hídricos para a Região Hidrográfica do Paraguai aguarda elaboração, o MMA emitiu uma carta oficial às agências ambientais dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, solicitando informações sobre o processo de licenciamento ambiental das PCHs sob suas responsabilidades. Na carta, o MMA sugere que as licenças somente sejam concedidas mediante uma análise sistêmica da bacia hidrográfica e solicita aos gestores dos Sítios Ramsar informações sobre o seu status de conservação.</p>	

2.6.3 Se for aplicável, foram realizadas ações para enfrentar as questões pelas quais os Sítios Ramsar foram listados no Registro de Montreux, inclusive a solicitação de uma Missão de Aconselhamento de Ramsar? {2.6.3} KRA 2.6.ii

Z – Não aplicável

2.6.3 Informações adicionais (Se “Sim”, indicar as ações realizadas):

.....

**ESTRATÉGIA 2.7: Gestão de outras zonas úmidas internacionalmente importantes.** *Gestão adequada e racional alcançadas para aquelas zonas úmidas internacionalmente importantes que ainda não foram formalmente designadas como Sítios Ramsar, mas que foram identificadas através da aplicação doméstica do Arcabouço Estratégico ou de um processo equivalente.*

2.7.1 As características ecológicas das zonas úmidas internacionalmente importantes que ainda não foram designadas como Sítios Ramsar foram mantidas? {2.7.1} KRA 2.7.i

C – Alguns sítios

2.7.1 Informações adicionais:

As Reservas da Biosfera e os Sítios do Patrimônio Mundial são áreas de importância internacionais direta (por exemplo, o Pantanal Mato-grossense) ou indiretamente relacionadas com as zonas úmidas, podendo haver sobreposições com áreas úmidas importantes internacionalmente. Com o Inventário Nacional, serão estabelecidos critérios para a definição e o zoneamento das áreas úmidas tendo como base a sua conceptualização para o contexto dos ecossistemas brasileiro. Atualmente é utilizada a lista de Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira e seu subconjunto de áreas prioritárias para a conservação de zonas úmidas, as quais passaram por uma priorização em 2013 após a edição da Resolução n° 5 do CNZU de 2012 (ver resposta à questão 2.1.1).

<b>META 3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL</b>
---

**ESTRATÉGIA 3.1: Sinergias e parcerias com MEAs e IGOs.** *Trabalhar como parceiro com os acordos ambientais multilaterais internacionais e regionais (MEAs) e outras agências intergovernamentais (IGOs).*

3.1.1 Os pontos focais nacionais de outros MEAs são convidados a participar no Comitê Nacional de Ramsar/Zonas Úmidas? {3.1.2} KRAs 3.1.i & 3.1.iv	A – Sim
<p><b>3.1.1 Informações adicionais:</b></p> <p>Durante a 11ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU), ocorrida durante o mês de novembro de 2012, foi apresentada a Iniciativa Regional de Conservação e Uso Sustentável das Zonas Úmidas da Bacia do Prata. Na oportunidade foi relatada a implementação da Convenção de Ramsar em cada país (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia) e discutido sobre sua integração com outras iniciativas relacionadas à conservação de suas zonas úmidas, como o Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC-Plata). O CIC-Plata possui o foco voltado para a gestão transfronteiriça dos recursos hídricos e o Grupo de Trabalho (GT) de Ecossistemas, no âmbito do Programa Marco, possui como diretrizes: estratégias de gestão do corredor de áreas úmidas fluviais; estratégias de gestão da biodiversidade e ampliar/replicar a experiência do programa ‘Cultivando Água Boa’, da Itaipu Binacional. Este GT possui como resultado uma base de dados sobre as áreas protegidas da região e sobre a ictiofauna da bacia, de modo a alimentar indicadores ambientais para a bacia do Prata.</p>	
3.1.2 Existem mecanismos estabelecidos no nível nacional para a colaboração entre a Autoridade Administrativa para Ramsar e os pontos focais de agências da ONU e outras agências e órgãos globais e regionais (ex.: PNUMA, PNUD, OMS, FAO, UNECE, ITTO, etc.)? {3.1.3} KRA 3.1.iv	A – Sim

**3.1.2 Informações adicionais:**

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) firmou contrato com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Projeto ‘Apoio para a Implementação dos Compromissos das Convenções Internacionais que tratam da Biodiversidade’. O objetivo deste projeto é cooperar, por meio de suporte técnico ao MMA, para a implementação dos dispositivos da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), da Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional (Convenção de Ramsar) e do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). Entre os resultados esperados deste projeto está o desenvolvimento de capacidade técnica no MMA para o planejamento de políticas públicas integradas às diretrizes e programas da CDB e da Convenção de Ramsar.

Com a instalação da Cidade das Águas no município de Frutal (MG), o Brasil está iniciando uma cooperação com o HIDROEX voltado para o monitoramento e a capacitação. A Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas (HIDROEX) possui intenção de aprofundar seus trabalhos em zonas úmidas. Sua missão é ‘educar, pesquisar e viabilizar soluções para a gestão sustentável das águas’. Em relação aos diversos temas ligados à água, possui o compromisso com um modelo de educação voltada à capacitação de gestores para o desenvolvimento sustentável que mude hábitos e atitudes visando estimular a responsabilidade solidária.

**ESTRATÉGIA 3.2: Iniciativas regionais.** *Apoiar os arranjos regionais existentes da Convenção e promover arranjos adicionais.*

3.2.1 A Parte Contratante se envolveu no desenvolvimento e na implementação de uma Iniciativa Regional no âmbito da Convenção? {3.2.1} KRA 3.2.i

A - Sim

### 3.2.1 Informações adicionais (Se 'Sim' ou 'Planejado', favor indicar a iniciativa(s) regional(is) e os países colaboradores de cada iniciativa):

O Brasil está atualmente envolvido em duas iniciativas de cooperação regional no âmbito da Convenção de Ramsar:

- Iniciativa Regional de Conservação e Uso Sustentável das Zonas Úmidas Fluviais da Bacia do Prata: Aprovada pela COP9 da Convenção de Ramsar, em 2005 (Resolução IX.7), essa iniciativa está atualmente desenvolvendo sua estratégia e envolve cinco países: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. Na condição de coordenador dos trabalhos do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC-Plata), durante 2014 o Brasil propôs que fossem desenvolvidas ações focadas no inventário das zonas úmidas. Nesse sentido, está em processo de discussão uma proposta metodológica unificada para inventariar e classificar as zonas úmidas da região da Bacia do Prata.

- Iniciativa Regional para a Conservação e Uso Racional de Manguezais e Corais: Esta iniciativa iniciou em 2007 por interesse das seguintes Partes Contratantes (Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, México, Panamá, Peru, República Dominicana e Venezuela) em propor ações regionais para a conservação e uso racional destes tipos de zonas úmidas. Participam também as Organizações Internacionais Associadas à Convenção de Ramsar, como *BirdLife International*, União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), *Wetlands International*, *World Wildlife Fund (WWF)* e o Centro Regional Ramsar (CREHO). O Comitê Regional se reuniu duas vezes (março de 2010) e junho de 2011 e atualmente está preparando um projeto para ser implementado regionalmente.

Adicionalmente, o Brasil participa da Iniciativa Internacional dos Recifes de Coral (ICRI): Em 2006 o Brasil aderiu a ICRI, que é uma parceria de governos, organizações internacionais e organizações não governamentais com o objetivo de promover a conservação dos ambientes recifais e ecossistemas relacionados, bem como implementar o capítulo 17 da Agenda 21 (<http://www.icriforum.org/about-icri/members-networks/brazil>). Essa Iniciativa envolve 13 países: Brasil, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, México, Peru, Equador, Colômbia, Honduras, República Dominicana, Panamá e Venezuela.

Além disso, o país participa de outras iniciativas regionais para a conservação das zonas úmidas:

- RedManglar Internacional para a defesa dos ecossistemas marinho-costeiros e a vida comunitária: Esta rede é representada por 10 países latino-americanos (Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Peru, Venezuela) e possui relações com outras redes e organizações internacionais, como por exemplo: *Greenpeace* Internacional, *World Rainforest Movement*, *Mangrove Action Project*, *Wetlands* Internacional, Forum Ramsar, Polder e Amigos de la Tierra. Internamente, o país participa desta Cooperação Regional através da Rede Manguemar. Cabe destacar que a base da estrutura da RedManglar Internacional são organizações de base comunitária.

- Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata: Esse Centro resultou de uma série de diálogos, realizados em 2006, entre especialistas latino-americanos em educação ambiental. Desde então, ONGs, agências governamentais da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, universidades e representantes de povos indígenas dos cinco países se envolveram na iniciativa. A missão do Centro é contribuir com ações e intervenções de educação ambiental para responder aos desafios socioambientais globais, regionais e locais, com base em documentos planetários como a Carta da Terra, os Objetivos do Milênio, o Manifesto pela Vida e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade

Global. O Centro opera dentro da Bacia do Prata, tendo a água como o tema central de suas atividades.

- Rede Latino Americana de Organismos de Bacia (RELOB): Ainda em construção, essa rede tem como objetivo compartilhar informações de organismos de bacias de toda a América Latina, como por exemplo, dados sobre a gestão dos comitês de bacia, avanços na implementação das políticas de recursos hídricos de cada país, entre outras experiências. Em 2013, a Assembléia Geral da RELOB elegeu o consórcio intermunicipal das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) como secretaria executiva.

- GEF Amazonas: O Projeto Gerenciamento Integrado e Sustentável dos Recursos Hídricos Transfronteiriços da Bacia do Rio Amazonas é resultado de um esforço conjunto dos oito países integrantes da bacia do rio Amazonas (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) para aprimorar o conhecimento e contribuir com a proteção eficaz e o uso sustentável dos recursos hídricos e do solo da bacia (<http://www.otca.info/gef/>). A iniciativa também busca gerar conhecimentos sobre os efeitos das mudanças climáticas dentro das comunidades amazônicas. Em novembro de 2013, as agências nacionais de água do Brasil e do Peru assinaram um memorando de entendimento para fortalecer a cooperação na área de recursos hídricos e implementar ações de gestão nas bacias hidrográficas compartilhadas entre os dois países, como a do Rio Amazonas. Em maio de 2014, foi realizada uma oficina de dois dias em Brasília para avaliar a importância e a dimensão das fontes, causas e efeitos dos principais problemas hídricos transfronteiriços da bacia Amazônica.

3.2.2 Seu país forneceu apoio ou participou do desenvolvimento de outros centros regionais (ou seja, envolvendo mais de um país) de treinamento e pesquisa sobre zonas úmidas? {3.2.2}

A – Sim

3.2.2 Informações adicionais (Se 'Sim', favor indicar o(s) nome(s) do(s) centro(s)):

O Brasil está apoiando a criação da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas (HIDROEX – ver resposta à questão 3.1.2), que é um centro de excelência em água da Categoria 2 da UNESCO. A UNESCO designou 98 centros e institutos como categoria 2, os quais foram selecionados sobre a proposta do estado membro, baseado na força da sua especialização em um dos campos de competência da UNESCO. O HIDROEX pretende implementar os objetivos do programa estratégico da UNESCO em estreita sintonia com os princípios da Convenção de Ramsar, não somente no Brasil, mas também nos países vizinhos, fortalecendo sua presença regional. Nesse sentido, há perspectivas para que o HIDROEX atue como executor de treinamentos e pesquisas sobre zonas úmidas no contexto da Bacia do Prata.

**ESTRATÉGIA 3.3: Assistência internacional** *Promover a assistência internacional para apoiar a conservação e o uso racional das zonas úmidas, assegurando ao mesmo tempo em que salvaguardas e avaliações ambientais sejam um componente integrante de todos os projetos de desenvolvimento que afetam zonas úmidas, incluindo investimentos estrangeiros e domésticos.*

3.3.1 [Apenas para Partes Contratantes com agências de assistência ao desenvolvimento (“países doadores”): Foi fornecido financiamento de apoio pela agência de assistência ao desenvolvimento para a conservação e manejo de zonas úmidas em outros países? {3.3.1} KRA 3.3.i	Z – Não aplicável
3.3.1 Informações adicionais (Se “Sim”, indicar os países apoiados desde a COP11): .....	
3.3.2 [Apenas para Partes Contratantes com agências de assistência ao desenvolvimento (“países doadores”): Foram incluídas salvaguardas e avaliações ambientais nas propostas de desenvolvimento apresentadas pela sua agência de apoio ao desenvolvimento? {3.3.2} KRA 3.3.ii	Z – Não aplicável
3.3.2 Informações adicionais: .....	
3.3.3 [Apenas para Partes Contratantes que receberam assistência para desenvolvimento (“países recebedores”): Foi recebido financiamento de apoio das agências de assistência para o desenvolvimento especificamente para a conservação e manejo de zonas úmidas no país? {3.3.3}	A – Sim
3.3.3 Informações adicionais (Se “Sim”, indicar de quais países/agências desde a COP11): O Projeto Manguezais do Brasil (ver resposta à pergunta 1.1.3), coordenado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), recebeu recursos do <i>Global Environment Facility</i> (GEF) da ordem de US\$ 490.296,45 (2012), US\$728.162,60 (2013) e US\$ 1.000.000,00 (2014).	

---

**ESTRATÉGIA 3.4: Compartilhamento de informações e especialidades.** *Promover o compartilhamento de conhecimentos específicos e informações relacionados à conservação e ao uso racional de zonas úmidas.*

3.4.1 Foram estabelecidas redes nacionais ou internacionais, incluindo arranjos de compatibilização, para o compartilhamento de conhecimentos e treinamento sobre zonas úmidas que possuem características comuns? {3.4.1}	A – Sim
3.4.1 Informações adicionais (Se “Sim” ou “Parcialmente”, indicar as redes e zonas úmidas envolvidas): As redes internacionais que o país participa foram descritas na pergunta 3.2.1. Nacionalmente, o Brasil tem as seguintes redes para zonas úmidas estabelecidas: - Rede Pantanal: envolve zonas úmidas do Pantanal. - Rede MangueMar: envolve ambientes costeiros e de manguezais. Essa rede representa a Red Manglar no Brasil. - Rede Aguapé (Rede Pantanal para Educação Ambiental): envolve ambientes de água doce do Pantanal e do Alto Paraguai.	

- Agência Brasileira de Gerenciamento Costeiro: organização não-governamental composta por uma rede de ONGs localizadas na zona costeira e marinha.
  - Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata: envolve ambientes de água doce da bacia do Rio da Prata.
  - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas (INAU): essa rede é composta por diversas universidades e tem um foco inicial em água doce, mas pode envolver todos os tipos de zonas úmidas.
  - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia [Centro de Estudos Integrados da Biodiversidade Amazônia \(CENBAM\)](#): coordena uma rede de instituições amazônicas e extra-amazônicas envolvidas em estudos de biodiversidade, onde o principal objetivo é a integração da pesquisa da biodiversidade amazônica em cadeias científico-tecnológicas eficientes e produtivas. O INCT-CENBAM já realizou 58 cursos, com mais de 750 participantes e mais de 57 alunos elaboraram ou estão elaborando suas monografias, dissertações e teses dentro do programa.
- Adicionalmente, existem sociedades científicas brasileiras que estão envolvidas com questões ligadas às zonas úmidas:
- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC): envolve todos os tipos de zonas úmidas.
  - Associação Brasileira de Limnologia (ABLimno): envolve ambientes de água doce.
  - Sociedade Brasileira de Oceanografia (SBO): envolve ambientes marinhos.
  - Em 2014 o Ministério do Meio Ambiente criou uma lista de discussão on-line entre os gestores de Sítios Ramsar.

3.4.2 As informações sobre as zonas úmidas e/ou Sítios Ramsar do seu país e seu status foram tornadas públicas (ex.: por meio de publicações ou de uma página eletrônica)? {3.4.2} KRA 3.4.iv

A – Sim

#### 3.4.2 Informações adicionais:

Apesar dos avanços para tornar públicas as informações sobre zonas úmidas, o país ainda possui carências neste quesito. As informações sobre as zonas úmidas e os Sítios Ramsar brasileiros são disponibilizadas ao público por meio da página eletrônica do Ministério do Meio Ambiente (<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/comfsfglossary/zonas-umidas-convencao-de-ramsar/s%C3%ADtios-ramsar-brasileiros>). Quando estiver finalizado, o inventário de zonas úmidas também será incluído nesta página eletrônica. Em função dos sítios Ramsar serem unidades de conservação, há também informações disponíveis no site do ICMBio ([www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br)) e dos estados ([www.sema.ma.gov.br](http://www.sema.ma.gov.br)). As fichas informativas sobre os sítios Ramsar estão disponíveis na página eletrônica da própria convenção. Além disso, a revista de RAMSAR ‘as zonas úmidas cuidam das águas’ foi traduzida e amplamente difundida (ver resposta à pergunta 1.6.1). Anualmente, a Agência Nacional de Águas (ANA) publica os documentos ‘Conjuntura dos Recursos Hídricos do Brasil’ ([http://arquivos.ana.gov.br/institucional/spr/conjuntura/webSite\\_relatorioConjuntura/projeto/index.html](http://arquivos.ana.gov.br/institucional/spr/conjuntura/webSite_relatorioConjuntura/projeto/index.html)) e ‘Balanço das Águas’ ([http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/publicacoes/BalancodasAguas/Balanco\\_das\\_aguas\\_2013.pdf](http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/publicacoes/BalancodasAguas/Balanco_das_aguas_2013.pdf)). A ANA também disponibiliza em sua página eletrônica um sistema de informações interativo com dados das estações de monitoramento. O detalhamento operativo do Programa IX do Plano Nacional de Recursos Hídricos pode ser acessado em [www.cnrh.gov.br](http://www.cnrh.gov.br) (ver Resolução CNRH nº 148 de 2012). A comunidade científica também tem contribuído para a difusão do debate

contemporâneo sobre zonas úmidas. O XIV Congresso Brasileiro de Limnologia, com o tema ‘Águas Brasileiras: Conservação, Gestão e Sustentabilidade’, contou com um público expressivo e com a uma apresentação sobre a Convenção de Ramsar. Recentemente, a opinião de um grupo de pesquisadores foi publicada na revista *Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems*: Junk *et al.* (2013) Brazilian wetlands: their definition, delineation, and classification, for research, sustainable management, and protection.

3.4.3 Foram transmitidas informações sobre as zonas úmidas e/ou Sítios Ramsar do seu país para o Secretariado de Ramsar para divulgação? {3.4.3} KRA 3.4.ii

A – Não

3.4.3 Informações adicionais:

**ESTRATÉGIA 3.5: Zonas úmidas, bacias hidrográficas e espécies migratórias compartilhadas.**

*Promover inventários e a cooperação para a gestão de zonas úmidas e bacias hidrológicas compartilhadas, incluindo o monitoramento cooperativo e o manejo de espécies compartilhadas que são dependentes de zonas úmidas.*

3.5.1 Foram identificados todos os sistemas transfronteiriços / compartilhados de zonas úmidas? {3.5.1} KRA 3.5.i

D – Planejado

3.5.1 Informações adicionais:

Sem que o Inventário Nacional de zonas úmidas seja concluído, é possível precisar apenas os sistemas transfronteiriços compartilhados de bacias hidrográficas. Nesse sentido, o Brasil possui uma faixa de fronteira de 150 km de largura ao longo de uma linha de fronteira com 16.886 km compartilhados com outros países, onde importantes sistemas transfronteiriços de zonas úmidas estão localizados. As quatro bacias hidrográficas de classificação mais alta ao longo da fronteira compartilhada estão listadas abaixo, de norte a sul do país (todas contêm mais de uma classe menor de bacias):

- Bacia hidrográfica do rio Oiapoque.
- Bacia hidrográfica do rio Amazonas, com 11 sub-bacias compartilhadas dos seguintes rios: (i) Içá; (ii) Japurá; (iii) Negro; (iv) Nhamundá; (v) Trombetas; (vi) Paru; (vii) Jari; (viii) Javari; (ix) Juruá; (x) Purus e (xi) Madeira.
- Bacia hidrológica do Rio da Prata, com três sub-bacias compartilhadas dos seguintes rios: (i) Paraguai; (ii) Paraná e (iii) Uruguai.
- Bacia hidrológica do rio Guaíba e sistema lagunar.

3.5.2 A gestão cooperativa efetiva foi estabelecida para sistemas compartilhados de zonas úmidas (por exemplo, em bacias hidrográficas e zonas costeiras compartilhadas)? {3.5.2} KRA 3.5.ii

D – Planejado

3.5.2 Informações adicionais (Se “Sim” ou “Parcialmente”, indicar para quais sistemas de zonas úmidas essa gestão foi estabelecida):

Conforme descrito na resposta à pergunta 3.2.1, está em processo de discussão uma proposta metodológica unificada para inventariar e classificar as zonas úmidas da região da Bacia do Prata no âmbito da Iniciativa Regional de Conservação e Uso Sustentável das Zonas Úmidas Fluviais da Bacia do Prata.

3.5.3 Seu país participa de redes ou iniciativas regionais para espécies migratórias que dependem de zonas úmidas?  
{3.5.3} KRA 3.5.iii

A – Sim

**3.5.3 Informações adicionais:**

O Parque Nacional da Lagoa do Peixe e a Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses são Sítios Ramsar que participam da Rede Hemisférica de Reservas para Aves Migratórias (WHSRN). Ambos os Sítios são áreas importantes para a alimentação e descanso das aves migratórias.

O Senado brasileiro aprovou a adesão do país à Convenção sobre a Conservação de Espécies Migratórias de Animais Silvestres através do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 121, de 2013. Atualmente, o Brasil aguarda a promulgação da convenção para ser efetivamente considerado como um país-membro.

O país possui Centro Nacional de Pesquisas e Conservação de Aves Silvestres (CEMAVE), ligado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O CEMAVE coordena o programa nacional de marcação de aves na natureza (Sistema Nacional de Anilhamento de Aves Silvestres) com anéis numerados (anilhas), sendo o maior do gênero na América Latina. O centro também é responsável pela avaliação do estado de conservação das aves brasileiras e pela elaboração e coordenação de Planos de Ação Nacionais (PANs) para conservação de espécies de aves brasileiras ameaçadas de extinção e das aves migratórias. Para tanto, são promovidos cursos nacionais e internacionais e desenvolvidas pesquisas de campo, especialmente voltadas para o monitoramento de aves em unidades de conservação, de aves ameaçadas de extinção e de aves migratórias (<http://www.icmbio.gov.br/cemave/>).

Adicionalmente, a organização não-governamental ambientalista *BirdLife International* Brasil participa ativamente como membro do Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU).

## META 4. CAPACIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO

**ESTRATÉGIA 4.1: CEPA.** *Apoiar e ajudar a implementação em todos os níveis, onde adequado, do Programa de Comunicação, Educação, Participação e Conscientização da Convenção (Resolução X.8), para promover a conservação e o uso racional das zonas úmidas por meio da comunicação, educação, participação, conscientização (CEPA) e trabalho para alcançar uma conscientização mais ampla das metas, mecanismos e principais constatações da Convenção.*

4.1.1 Foi estabelecido um (ou mais) Plano de Ação para a

CEPA das zonas úmidas? {4.1.1} KRA 4.1.i

- a) Em nível nacional
- b) Em nível sub-nacional
- c) Em nível de bacia / área de captação
- d) Em nível local / do sítio

(Mesmo se nenhum plano CEPA tenha sido desenvolvido, caso os objetivos mais amplos para ações de CEPA tenham sido desenvolvidos, indicar esse fato na seção de informações adicionais abaixo)

- a) C – Em progresso
- b) B – Não
- c) B – Não
- d) A – Sim

4.1.1 Informações adicionais (Se “Sim” ou “Em progresso” para alguma das quatro questões acima, descrever para cada uma o mecanismo, quem é responsável e identificar se o mesmo envolve NFPs de CEPA):

A parceria com o HIDROEX (ver resposta à pergunta 3.1.2) para promoção de CEPA das zonas úmidas se encontra em progresso.

Os seguintes Sítios Ramsar brasileiros implementam programas de comunicação, educação e conscientização por meio de instituições parceiras:

- Parque Nacional do Pantanal Matogrossense.
- Parque Nacional de Abrolhos
- Parque Estadual do Rio Doce
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá
- Reserva Particular do Patrimônio Natural SESC Pantanal
- Área de Proteção Ambiental Baixada Maranhense

Em nível nacional, o Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente implementa diversos programas e campanhas em parceria com os governos estaduais, municipais e sociedade civil (ver resposta a questão 1.11.1) cuja abrangência não é determinada pela presença específica de zonas úmidas.

4.1.2 Quantos centros (de visitantes / interpretação / educação) foram estabelecidos? {4.1.2} KRA 4.1.ii

- a) nos Sítios Ramsar
- b) em outras zonas úmidas

a) 4 centros

4.1.2 Informações adicionais (Se os centros forem parte de uma rede nacional ou internacional, descrever a(s) rede(s)):

Os seguintes Sítios possuem centros de visitação:

- Parque Nacional Marinho de Abrolhos
- Parque Estadual do Rio Doce
- Reserva Particular do Patrimônio Natural SESC Pantanal
- Parque Nacional do Pantanal Matogrossense
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

Os Sítios Ramsar do Estado do Maranhão (Parque Estadual Parcel do Manuel Luis, Área de Proteção Ambiental Reentrâncias Maranhenses e da Baixada Maranhense), assim como a maioria das unidades de conservação deste estado não contam com infraestrutura física, mas existe perspectiva de recursos para a sua criação (ver resposta à pergunta 1.4.3b). O PARNA Lagoa do Peixe possui um centro de visitantes planejado.

#### 4.1.3 A Parte Contratante:

- a) promove a participação pública nas tomadas de decisão relacionadas ao planejamento e gestão de zonas úmidas?
- b) envolve especificamente os atores locais na seleção de novos Sítios Ramsar e na gestão de Sítios Ramsar?

a) A – Sim

b) C – Parcialmente

{4.1.3} KRA 4.1.iii

#### 4.1.3 Informações adicionais (Se “Sim” ou “Parcialmente”, fornecer informações sobre as formas de envolvimento dos atores locais):

a) O colegiado máximo de planejamento e gestão de zonas úmidas é o Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU), o qual conta com representantes de diferentes organizações da sociedade civil e do governo. O Brasil instituiu Comitês de Bacia participativos para apoiar a preparação do planejamento e gestão local ou regional de bacias hidrográficas (ver resposta à questão 1.7.2). Outras instâncias participativas, tais como os Conselhos Municipais e Estaduais de Meio Ambiente, também contribuem para as tomadas de decisão que podem afetar as zonas úmidas. A efetividade da participação pública nesses comitês e conselhos varia de acordo com as condições locais e grau de envolvimento da comunidade.

b) Para a seleção de novos Sítios Ramsar, os atores são indiretamente envolvidos, através de seus representantes no CNZU. Como unidades de conservação, os Sítios Ramsar brasileiros (e outras unidades de conservação não designadas que contêm zonas úmidas) possuem conselhos gestores ou consultivos, que participam do desenvolvimento do plano de manejo dos Sítios e da tomada de decisão sobre o planejamento e manejo do Sítio. No entanto, o envolvimento dos atores locais é variável de acordo com o Sítio Ramsar em consideração.

O Sítio Ramsar Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mmirauá possui, em sua organização local, diversos espaços de participação para tomada de decisão, tais como reuniões comunitárias, assembleias gerais de moradores e o Conselho Gestor. Durante 2012, foram realizados cinco cursos para os moradores da RDS Mmirauá: gestão compartilhada de recursos pesqueiros com foco no manejo de pirarucu, manejo e criação de abelhas nativas sem ferrão, metodologia de contagem de pirarucu, manejo florestal em área de várzea e multiplicadores de turismo de base comunitária. Os Sítios Ramsar do Estado do Maranhão (Parque Estadual Parcel do Manuel Luis, Área de Proteção Ambiental Reentrâncias Maranhenses e da Baixada Maranhense) não possuem conselho para viabilizar a participação pública, mas existe expectativa de recursos para a sua criação (ver resposta à pergunta 1.4.3b). No entanto, os Sítios Ramsar do estado do Maranhão contam com apoio da ‘Rede de Pesquisa da Baixada Maranhense’ e do ‘Fórum Carajás’, que realizam capacitações para atividades participativas e discussões sobre as consequências sociais, econômicas, culturais e ambientais frente aos grandes projetos de desenvolvimento.

Adicionalmente, ocorrem processos formativos envolvendo os atores locais dos Sítios Ramsar que contribuem com a participação pública. No Parque Nacional Marinho de Abrolhos foi realizado o curso de condutores de ecoturismo e o ‘Programa

Professores no Parque' que consiste na formação socioambiental de educadores da rede pública.

4.1.4 As necessidades nacionais e locais de treinamento para a implementação da Convenção foram avaliadas? {4.1.4} KRAs 4.1.iv & 4.1.viii

B - Não

4.1.4 Informações adicionais:

.....

4.1.5 Quantas oportunidades de treinamento para gestores de sítios de zonas úmidas foram oferecidas desde a COP11? {4.1.5} KRA 4.1.iv

Número de oportunidades:

a) em Sítios Ramsar

a) 20

b) em outras zonas úmidas

b) xxx

4.1.5 Informações adicionais (incluindo se o Manual de Uso Racional Ramsar foi utilizado no treinamento):

a) Nos Sítios Ramsar pertencentes às unidades de conservação federais ocorreram em torno de 80 cursos de capacitação no período, em virtude do Plano Anual de Capacitação (PAC) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O número de oportunidades destacado representa apenas os casos em que os gestores de Sítios Ramsar consideraram que houve a total execução dos cursos planejados.

Também foram considerados cursos que os gestores dos Sítios Ramsar estão atualmente realizando (por exemplo, mestrado). Entre os temas abordados nas oportunidades de treinamento citadas pelos gestores de Sítios Ramsar podem ser destacados: ciclo de gestão para resultados curso de interpretação ambiental seminário internacional de gestão de áreas protegidas, educação ambiental na gestão pública da biodiversidade, mobilizadores para reestruturação do conselho gestor, capacitação de guia de turismo e curso de fiscalização e armamento. Alguns gestores de Sítios Ramsar que não tiveram oportunidade direta de treinamento, como a RPPN SESC Pantanal, participaram de congressos e encontros.

b) A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental. No nível federal, o ICMBio vem promovendo oportunidades de treinamento para gestores em todo o território nacional, incluindo as zonas úmidas. Atualmente, o ICMBio vem executando as seguintes formações: (i) [curso de formação em educação ambiental na gestão pública da biodiversidade](#), (ii) [ciclo de gestão participativa](#), (iii) [oficina sobre gestão participativa e capacitação em Reservas Extrativistas da Amazônia](#) e (iv) [oficina de planejamento para capacitação de professores no entorno das unidades de conservação](#).

Dentro da estrutura do ICMBio, foi inaugurada em 2009 a Academia Nacional de Biodiversidade (ACADEBio), um espaço voltado para a capacitação permanente de seus servidores. Na ACADEBio são executados programas de desenvolvimento gerencial, de formação inicial para a carreira de especialistas em meio ambiente e de educação permanente e continuada, além de prestar assessoria técnica para a execução de eventos de capacitação. Os 'Ciclos de Gestão Participativa' promovidos na ACADEBio (o último ocorreu em abril de 2014) buscam qualificar os projetos e promover

sua interlocução com temas tais como plano de manejo, criação de unidades de conservação, licenciamento de petróleo e gás, plano de recursos hídricos, formação, renovação e fortalecimentos de conselhos, educação ambiental, capacitação de professores e planos estaduais de proteção à biodiversidade.

Adicionalmente, foram capacitados gestores das unidades de conservação do Nordeste brasileiro, através dos Projetos Demonstrativos (PDAs) do MMA, resultando na seguinte publicação: Castelo Branco, B.P.; Melo, M.D.V.C. 2012. Saberes e fazeres da Mata Atlântica do Nordeste, AMANAE, 166p.

**4.1.6 O país possui um Comitê Nacional operacional transsetorial para Ramsar / Zonas Úmidas (ou instância equivalente)? {4.1.6} KRA 4.3.v**

A - Sim

**4.1.6 Informações adicionais (Se "Sim", indique (a) seus membros; (b) a frequência de suas reuniões; e (c) quais são as responsabilidades do Comitê):**

O Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU) foi instituído em outubro de 2003 e tem o papel de participar da tomada de decisões e definir as diretrizes para a implementação da Convenção de Ramsar no Brasil

(<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/comfsfglossary/zonas-umidas-convencao-de-ramsar/no-brasil-implementa%C3%A7%C3%A3o-da-conven%C3%A7%C3%A3o>).

O CNZU realiza duas reuniões ordinárias por ano e reuniões extraordinárias adicionais conforme necessário. O comitê cria Comissões Técnicas para trabalhar em temas específicos conforme for relevante e, quando necessário, Grupos de Trabalho podem ser criados dentro das Comissões Técnicas. As Comissões Técnicas e os Grupos de Trabalho podem realizar quantas reuniões forem necessárias, dependendo da disponibilidade de recursos. O CNZU é composto por:

- Cinco representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA), sendo um de cada uma das seguintes Secretarias: (i) Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental; (ii) Recursos Hídricos e Ambiente Urbano; (iii) Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável; (iv) Articulação Institucional e Cidadania Ambiental e (v) Biodiversidade e Florestas.
- Um representante dos seguintes órgãos, entidades, ongs e segmentos: (i) Ministério das Relações Exteriores; (ii) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; (iii) Ministério da Pesca e Aquicultura; (iv) Agência Nacional de Águas; (v) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; (vi) Fundação Nacional do Índio; (vii) Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente; (viii) dos sítios brasileiros incluídos na Lista de Zonas Úmidas de Importância Internacional; (ix) do setor empresarial, indicado pela Confederação Nacional da Agricultura; (x) do setor empresarial, indicado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável; (xi) do segmento da comunidade acadêmica e científica envolvido no tema em questão, da área costeira e marinha, indicado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e (xii) do segmento da comunidade acadêmica e científica envolvido no tema em questão, da área continental, indicado pela Associação Brasileira de Limnologia.

- Cinco representantes de organizações não-governamentais ambientalistas com atuação na área em questão.

O CNZU tem as seguintes responsabilidades: (i) propor ao MMA as diretrizes e ações para a conservação, gestão e uso sustentável dos recursos ambientais nas zonas úmidas brasileiras; (ii) contribuir para o desenvolvimento de diretrizes e para a análise do processo de planejamento estratégico a ser realizado para a preparação de um Plano Nacional de Zonas Úmidas; (iii) propor e avaliar propostas de novos Sítios

Ramsar; (iv) avaliar as propostas de projetos a serem apresentados para financiamento dos fundos da Convenção de Ramsar; (v) fornecer informações de apoio para as delegações brasileiras enviadas às reuniões da Convenção de Ramsar e para a preparação dos Relatórios Nacionais para essa Convenção; (vi) apoiar a implementação nacional da Convenção de Ramsar; (vii) divulgar informações sobre a Convenção de Ramsar e encorajar a participação pública na sua implementação e (viii) apresentar uma proposta para os regulamentos internos do CNZU ao MMA.

4.1.7 Existem outros mecanismos de comunicação (além de um comitê nacional) estabelecidos para compartilhar a implementação das diretrizes de Ramsar e outras informações entre a Autoridade Administrativa para Ramsar e:

- a. gestores de Sítios Ramsar?
- b. os pontos focais nacionais de outros MEA?
- c. ministérios, departamentos e agências relevantes?

{4.1.7} KRA 4.1.vi

α) A – Sim

β) B – Não

χ) B – Não

4.1.7 Informações adicionais (Se “Sim” ou “Parcialmente”, descrever os tipos de mecanismos existentes):

a) A Secretaria de Meio Ambiente do Maranhã (SEMA-MA) representa a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA) no Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU), viabilizando a troca de informações entre a Autoridade Administrativa e os gestores de Sítio Ramsar (SEMA-MA). O contato da Autoridade Administrativa com os gestores de Sítio Ramsar ocorre por meio de mensagens eletrônicas, com intensidade relativa dependendo do sítio.

Recentemente o Ministério do Meio Ambiente criou uma rede de contatos entre os gestores dos Sítios Ramsar para troca de informações e experiências na gestão das áreas úmidas.

4.1.8 Foram realizadas no país atividades relacionadas ao Dia Internacional das Zonas Úmidas (seja em 2 de Fevereiro ou em outro período do ano), lideradas pelo governo ou por ONGs ou ambos, desenvolvidas no país desde a COP11? {4.1.8}

A – Sim

4.1.8 Informações adicionais:

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) celebra o Dia Internacional das Zonas Úmidas todos os anos, com o apoio de agências ambientais estaduais, ongs, universidades e outros parceiros locais. O MMA prepara materiais impressos com base nas informações fornecidas pelo Secretariado de Ramsar, que são traduzidas para o português e adaptadas às questões brasileiras. Anualmente (2012 e 2013), foram impressos 2.000 exemplares e distribuídos aos gestores dos sítios e parceiros como secretarias estaduais e municipais de meio ambiente, universidades, representantes do CNZU e comitês de bacia (em 2014, a Revista de Ramsar será disponibilizada somente na página eletrônica do MMA). Informações sobre o Dia Internacional das Zonas Úmidas e a Convenção de Ramsar, bem como versões eletrônicas dos referidos materiais são disponibilizadas na página eletrônica do MMA, (<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidadeaquatica/comfsfglossary/zonas-umidas-convencao-de-ramsar/conven%C3%A7%C3%A3o-de-ramsar>).

Governos estaduais

(<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?>

[conteudo=180](#)) e ongs ambientalistas voluntariamente contribuem com a divulgação do Dia Internacional das Zonas Úmidas, tais como o eco (<http://www.oeco.org.br/ano-internacional-das-florestas/24770-dia-mundial-das-zonas-umidas->), INCF (<http://www.icnf.pt/portal/icnf/noticias/eventos/dia-ZH>) e WWF-Brasil ([http://www.wwf.org.br/informacoes/sala\\_de\\_imprensa/?1960](http://www.wwf.org.br/informacoes/sala_de_imprensa/?1960)).

4.1.9 Foram realizadas campanhas, programas e projetos (além do Dia Internacional das Zonas Úmidas) desde a COP11, para conscientizar sobre a importância das zonas úmidas para as pessoas e vida silvestre, e sobre os benefícios / serviços ecossistêmicos fornecidos pelas zonas úmidas? {4.1.9}

A – Sim

4.1.9 Informações adicionais (caso tenha sido fornecido apoio para que outras organizações realizassem essas e outras atividades de CEPA, indicar isso):

Além do Dia Internacional das Zonas Úmidas, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) desenvolve outras campanhas de conscientização de acordo com as questões emergentes e prioridades nacionais, que são realizadas conforme a disponibilidade de recursos e a relevância do tema para o momento (ver resposta à questão 1.11.1). A resposta à pergunta 1.3.2 indica programas e projetos relacionados à conscientização sobre a importância das zonas úmidas.

Adicionalmente, o MMA realizou importantes publicações sobre a CEPA, ecologia e políticas associadas às zonas úmidas, algumas estimuladas pelo fato do país sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) em 2012: (i) Brasil – MMA, 2012. Programa água doce: documento base. 324 p.; (ii) Brasil – MMA/IBAMA, 2013. O Brasil na agenda internacional para o desenvolvimento sustentável: um olhar externo sobre os desafios e oportunidades nas negociações de clima, biodiversidade e substâncias químicas, 199p. Autores: J. Morris, J. F. Bezerra e R. Carvalho; (iii) Brasil – MMA/BID, 2012. Iniciativas de Economia Verde no Brasil: experiências das unidades federativas em promover uma economia verde inclusiva. 62 p.; (iv) Brasil – MMA/DEA, 2013. Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Volume 3. 454p.; (v) Brasil – MMA/DEA, 2012. Boas práticas em educação ambiental na agricultura familiar: exemplos de ações educativas e práticas sustentáveis no campo brasileiro, 244p.; (vi) Mochel, F. 2012. Mangueando – Brincando e Aprendendo com o Manguezal. UFMA e MMA; (vii) SECIRM, 2012. Cartilha Amazônia Azul; (viii) MMA, 2012. Oceanos Muitos Mundos de Vida. Tradução de material da CDB e (ix) MMA, 2012. Panorama da Conservação dos Ecossistemas Costeiros e Marinhos do Brasil.

Nos três Sítios Ramsar do Estado do Maranhão, Parque Nacional (PARNA) Cabo Orange e no PARNA de Abrolhos foram realizadas campanhas e distribuídos materiais informativos sobre os Sítios Ramsar. Na RPPN SESC Pantanal há um planejamento para realização desse tipo de campanha. No Parque Estadual do Rio Doce são realizados ciclos de palestras e debates na academia e nas comunidades, divulgando a importância da manutenção da denominação ‘Sítio Ramsar’.

**ESTRATÉGIA 4.2: Capacidade financeira da Convenção.** *Fornecer os recursos financeiros necessários para a governança, mecanismos e programas da Convenção para que as expectativas da Conferência das Partes Contratantes possam ser alcançadas, dentro da disponibilidade de recursos existentes e por meio do uso efetivo desses recursos; explorar e viabilizar opções e mecanismos para mobilizar recursos novos e adicionais para a implementação da Convenção.*

4.2.1	
a) As contribuições para Ramsar foram pagas integralmente em 2012, 2013 e 2014? {4.2.1} KRA 4.2.i	B – Não
b) Caso a resposta ao item 4.2.1 a) tenha sido “Não”, esclarecer o plano estabelecido para assegurar o pronto pagamento futuro:	
A contribuição para Ramsar de 2012 foi integralmente paga, porém os valores das contribuições de 2013 e 2014 foram contestados pelo país, que aguarda um posicionamento oficial do Ministério do Planejamento sobre como proceder em relação a sua integralização.	
4.2.2 Foi fornecido algum apoio financeiro adicional por meio de contribuições voluntárias para as atividades não-centrais financiadas pela Convenção? {4.2.2} KRA 4.2.i	B – Não
4.2.2 Informações adicionais (Se “Sim”, indicar as quantias e para quais atividades): .....	

**ESTRATÉGIA 4.3: Efetividade dos mecanismos da Convenção.** *Assegurar que a Conferência das Partes Contratantes, o Comitê Permanente, o Painel Científico e Técnico de Revisão e o Secretariado estejam operando com alto nível de eficiência e eficácia para apoiar a implementação da Convenção.*

4.3.1 A Parte Contratante usou seus Relatórios Nacionais de Ramsar anteriores para monitorar sua implementação da Convenção? {4.3.1} KRA 4.3.ii	B – Não
4.3.1 Informações adicionais (Se “Sim”, indicar como os Relatórios foram utilizados para monitorar): Entende-se que os relatórios não são um instrumento de fácil utilização, com fins de monitoramento.	

**ESTRATÉGIA 4.4: Trabalho com as IOPs e outros.** *Maximizar os benefícios de trabalhar com as Organizações Internacionais Parceiras (IOPs\*) da Convenção e outros parceiros.*

\* As IOPs são: BirdLife International, o Instituto Internacional de Gestão Hídrica (IWMI), a IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza), Wetlands International, e o WWF Internacional.

4.4.1 Seu país recebeu assistência de uma ou mais das IOPs da Convenção para a sua implementação da Convenção? {4.4.1} KRA 4.4.iii	A – Sim
4.4.1 Informações adicionais (Se “Sim”, indicar o nome da IOP (ou IOPs) e o tipo da assistência fornecida): A BirdLife International tem assento no Comitê Nacional de Zonas Úmidas, onde contribui com informações atualizadas sobre as Áreas Importantes para Aves (IBA) identificadas no país, com base nos critérios de Ramsar. Esse é um mecanismo de priorização para definir potenciais Sítios Ramsar com base em dados sobre biodiversidade.	
4.4.2 Seu país forneceu assistência para uma ou mais das IOPs da Convenção? {4.4.2} KRA 4.4.iii	B – Não
4.4.2 Informações adicionais (Se “Sim”, indicar o(s) nome(s) da(s) IOP(s) e o tipo da	

assistência fornecida):

.....